

Lei Municipal m° 1426 / 2021



REDAÇÃO INICIAL

Estabelece as Diretrizes para as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal, Incluindo as Despesas de Capital, Orientando a Elaboração da Lei Orçamentária, Dispondo sobre as Alterações na Legislação Tributária, para o Exercício Financeiro de 2.022 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1° - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade ao disposto na Lei Complementar nº 101/00 – LRGF Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2.022, compreendendo:

I – as Prioridades e as Metas da Administração Pública Municipal para o Exercício Financeiro de 2.022; onde se depreende que, neste exercício, especificamente e excepcionalmente, as metas físicas referentes ao exercício em comento estarão especificadas tão somente quando da elaboração e apresentação do PPA-Plano Plurianual de Investimentos para o período 2022-2025, na forma da legislação vigente, o que deverá ocorrer ainda no exercício de 2021; por conseguinte as respectivas metas físicas a serem descritas no PPA-2022-2025, mais precisamente aquelas inerentes ao exercício financeiro de 2022 deverão guardar simetria com as prioridades e metas descritas na presente lei, demonstrando em termos quantitativos e em unidade de medida, além de monetários as metas consignadas no citado PPA-2022-2025.

II – a Estrutura e Organização dos Orçamentos;

III – as Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município, a Responsabilidade na Gestão Fiscal e os aspectos relevantes da Receita e da Despesa;

IV – as disposições relativas à Dívida Pública Municipal;

V – as disposições relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais;

MUNICIPIO DE DUAS BARRAS Eabricio Luiz Lima Ayres

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Dues Barras - RJ CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212







VI – as disposições sobre a Receita e as possíveis alterações na Legislação Tributária do Município para o exercício correspondente;

VII – as disposições relativas as Transferências Voluntárias;

VIII - as disposições finais;

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º - A LOA – Lei Orçamentária anual de 2.022 deverá estar compatibilizada com o as Prioridades e Metas desta Lei.

§ 1º - As metas físicas detalhadas para o exercício financeiro de 2022 estarão evidenciadas na forma descrita no inciso I do art. 1º, em conformidade com a legislação vigente, observando preferencialmente as seguintes prioridades em um escopo sintético:

I - DESENVOLVIMENTO URBANO

- a) Promover a melhoria da qualidade de vida e saúde da população, implementando as transformações no cenário urbano, através da elaboração de políticas municipais de habitação, saneamento e preservação do meio ambiente;
- b) Implementação e intensificação de programas, conjugando ações nas áreas de pavimentação, iluminação pública, limpeza urbana, manutenção e recuperação de áreas públicas e transporte público;
- c) Promover sempre que possível, através de um planejamento estratégico, ações voltadas para a implantação de uma infra-estrutura rodoviária que atenda as necessidades do Município, compreendendo as zonas rural e urbana;
- d) Promover a manutenção periódica dos prédios da Administração Pública, através de reforma e revitalização;
- e) Implantar programa municipal de revitalizações urbanas, que terá como missão a requalificação dos espaços urbanos e a recuperação de áreas degradadas, objetivando a priorização dos pedestres, os equipamentos urbanos de qualidade, a acessibilidade, a mobilidade urbana, melhorias na infraestrutura de transporte, a arborização e a socialização dos espaços públicos;

f) Buscar prover a população com a segurança necessária, através de medidas preventivas e emergenciais de acordo com o decreto n. 5.376 de 17/02/2005 do Sistema Nacional de Defesa Civil.

II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

a) Implementar políticas de desenvolvimento que possibilitem o incremento das principais atividades econômicas do município;

MUNICIPIO DE ATTAS BARBAS
Fabricio Luiz Lima Ayres
Prefeito



- b) Promover a recuperação e pavimentação de estradas vicinais visando o escoamento da produção rural do Município e incentivar programas de melhoria de produtividade, além de modernização das atividades e qualificação da mão-de-obra;
- c) Incentivar e fomentar as atividades agrícolas, de modo a promover o desenvolvimento do setor, consideradas suas potencialidades e os consideráveis reflexos financeiros que representam para a economia do Município, ao mesmo tempo em que se buscará promover ações de investimento técnico no setor, mormente, o trabalho de consciência sócio-ambiental de desenvolvimento sustentável e de aprimoramento técnico do homem do campo, com cursos de capacitação e demais orientações de ordem profissional conexas às atividades;
- d) Estimular a produção e comercialização da produção local, através da realização de feiras e exposições;
- e) Promover ações que visem necessariamente a utilização racional dos Recursos Naturais Renováveis:
- f) Incrementar a atividade turística, principalmente o turismo ecológico, investindo na recuperação das áreas degradadas e na promoção de eventos;
- g) Integrar os Produtos Turísticos, com a criação de roteiros segmentados e diferenciados para diversos tipos de público, levando em conta fatores como a origem, o poder aquisitivo, o perfil psicográfico do visitante e a estrutura receptiva existente, assim como a possibilidade de melhorias e/ou ampliação através de novos investimentos;
- h) Estimular sempre que possível, como instrumento norteador de ações de combate ao desemprego;
- i) Promover Programas Sociais de assistência, com ênfase no atendimento de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência e em geral aos necessitados (Baixa Renda);
- j) Combater a exclusão social, através da articulação de políticas públicas e privadas, promovendo ações de caráter preventivo, assistencial e protetivo e de integração aos grupos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.
- k) Realizar eventos com enfoque esportivo com parceria entre as diversas Secretarias para ações em cidadania nos bairros mais carentes;
- l) Incentivar a implantação formal de micro e pequenas empresas e empreendedores individuais;
- m) Programas de intensificação e manutenção da segurança através de Guarda Municipal, com ênfase no policiamento comunitário;
- n) Incentivar a participação de exposições, congressos e palestras no âmbito da Ciência e Tecnologia e Inovação para a divulgação do Município e aquisição de conhecimentos:
- o) Promover estudos econômicos de criação de indicadores de conjuntura para o Município de Duas Barras de forma a subsidiar o estabelecimento de diretrizes socioeconômicas em conjunto com as instituições representativas no Município, Estado

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212

Maricio Luiz Lima Ayres







e Governo Federal;

- p) Incentivar e apoiar a atualização e a compra de novos equipamentos tecnológicos;
- q) Promover à integração com os Governos Federal, Estadual e com o Municípios da Região objetivando a implementação de políticas de desenvolvimento regionais;
- r) Incentivar a implementação de ações que busquem promover a autonomia econômica e financeira das mulheres;

III – ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- a) Implementação de ações que visem a maximização operacional dos procedimentos internos da Administração Municipal;
- b) Reforma Administrativa visando a adequação do Município aos novos preceitos elencados na Lei Complementar nº 101/00, e à agilidade nos procedimentos administrativos, necessários ao bom funcionamento da Máquina Administrativa e ao atendimento à população nas diversas funções de Governo, respeitando sempre aos dispositivos e limitações impostos pela referida Lei;
- c) A Administração Pública deverá sempre que possível, promover a melhoria e modernização de seus equipamentos e materiais permanentes em geral, de forma a garantir um bom atendimento à população através dos diversos serviços de competência municipal;
- d) Promover a capacitação e o treinamento de ao menos 10 % do quadro de servidores municipais.
- e) O aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas ao incremento das receitas próprias. Inclui-se a possibilidade de concessão de incentivos fiscais como forma de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, desde que tais iniciativas não sejam agressivas ao meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, considerando sempre o impacto de tais concessões no Orçamento do Município e as suas devidas compensações, de forma a se manter o equilíbrio entre as receitas e despesas Orçamentárias.
- f) Sempre que possível buscar a revisão e atualização da Legislação Tributária Municipal;
- g) Equilibrar as contas públicas, controlando a dívida e viabilizando projetos prioritários para a população.

MUNICÍPIO DE BUAS BARRAS

Prefeito

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





h) A Administração Municipal sempre que possível buscará promover a reorganização de seu quadro de pessoal, a alteração de carreiras com a implantação de novos planos de cargos e funções, bem como a criação e readequação de cargos funções e vencimentos, além do realinhamento ou reenquadramento das classes funcionais, sem prejuízo do atendimento às disposições decorrentes de modificações no Estatuto dos Servidores Municipais e demais normas reguladoras da matéria no âmbito municipal;

IV – SAÚDE

- a) Melhoria das Ações e Serviços de Saúde, articulando ações preventivas e assistenciais;
- b) Recuperar e ampliar a rede de saúde, através de reformas em postos e do Hospital local, otimizando a utilização das unidades existentes;
- c) Informatizar a rede de saúde;
- d) Realizar sempre que necessário, parcerias, convênios e contratos com entes públicos ou particulares, objetivando a maximização dos serviços de saúde, desde que satisfeitos os trâmites burocráticos e respeitados os dispositivos legais pertinentes;
- e) Aprimorar a gestão dos serviços de saúde no município, estruturando adequadamente o órgão Gestor da Saúde em todos os seus níveis de atuação. Estabelecer uma política de informação em saúde voltada à construção de uma rede de informações qualificadas, capaz de subsidiar e fortalecer os processos de gestão, de comunicação social, de produção e difusão do conhecimento, da organização da atenção à saúde e de controle social. Assegurar e ampliar a destinação de incentivos financeiros próprios para investimento e custeio das ações de saúde e buscar outras fontes de recursos para investimentos, com o consequente aprimoramento da Gestão propriamente dita;
- f) Garantir à realização de campanhas informativas e educativas das áreas pertencentes à Vigilância em Saúde;
- g) Buscar garantir o pleno funcionamento das Unidades de Saúde da Família;
- h) Garantir a realização da capacitação e supervisão para os diversos dispositivos das ações em saúde;
- i) Implementar, aperfeiçoar e manter ações em saúde com foco no combate ao COVID-19 e afins, objetivando maximizar à prevenção e o possível tratamento à doença.

V – EDUCAÇÃO

a) Implementar programas na área de educação, com ênfase na melhoria do ensino infantil e fundamental;

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS Esbricio Luiz Lima Avres





- b) Melhorar a qualidade do ensino fundamental, com o objetivo de atingir ou ultrapassar as metas estabelecidas pelo Ministério de Educação para o Ensino Básico;
- c) Recuperar e Ampliar a Rede Municipal de Ensino, através de reformas nas escolas e construção de novas unidades principalmente aquelas voltadas para o ensino Pré-escolar;
- d) Elaborar e/ou Incentivar Programas voltados para a alfabetização de jovens e adultos:
- e) Reformar e Construir sempre que possível novas creches no âmbito municipal;
- f) Dar maior amplitude ao processo de informatização da rede municipal de ensino;
- g) Estimular sempre que possível o ingresso de nossos estudantes nas Universidades ou assemelhadas objetivando melhor qualificação de nossos munícipes, desde que cumpridos os limites constitucionais pertinentes a aplicação de recursos na educação no âmbito municipal;
- Promover a capacitação dos Profissionais da Educação, organizando cursos presenciais, semipresenciais e à distância para a formação continuada de professores, funcionários e gestores da rede municipal;
- i) Apoiar a gestão democrática através do oferecimento de infraestrutura física e de pessoal para o correto funcionamento dos conselhos relacionados à educação pública municipal;
- j) Estabelecer política salarial que valorize todos os profissionais da Educação pública municipal no curto, médio e longo prazo, incluindo a implantação e/ou aperfeiçoamento dos Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações;

VI – CULTURA, ESPORTE E LAZER

- a) Implementação e difusão de programas culturais;
- b) Promover sempre que possível a Divulgação dos Eventos de cunho Cultural do Município nos diversos meios de comunicação;
- c) Difundir o ensino de atividades culturais a crianças e jovens, despertando o interesse pela atividade artístico-cultural e incentivando a formação de talentos locais;
- d) Difundir a prática de esportes, realizando eventos esportivos;
- e) Promover estudos e projetos na busca de parcerias visando à construção de quadras e/ou centros esportivos;
- f) Propiciar a inclusão social de crianças e adolescentes (de baixa renda) do Município, direcionando-as para a prática de atividades físicas e sociais, e, também na prevenção de obesidade infantil e juvenil;
- g) Promoção de eventos como cursos, seminários e outros para formação, qualificação, treinamentos especializados e promoção do patrimônio histórico material e imaterial junto ao funcionalismo público municipal e a população de Duas Barras;

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212

abricio Luiz Lima Avres





VII – HABITAÇÃO

- Implementar através de estudos e projetos e intermediar sempre que possível programas de ofertas de novas unidades habitacionais e/ou infraestrutura, de forma à viabilizar o acesso à moradia digna por parte da população de baixa renda;
- § 2º As denominações e unidades de medida das metas do projeto de lei orçamentária anual nortear-se-ão pelas utilizadas na lei do plano plurianual referido no caput deste artigo, não obstante a Administração Municipal poder, desde que disponibilizados os recursos (humano e material) necessários, definir analiticamente, as metas e prioridades em unidade de medida ou equivalente, de modo a que se possa melhor avaliar as políticas implementadas, programas, atividades e projetos, através de ato próprio, do Poder Executivo.
- § 3.º Poderá ser procedida à adequação das metas e prioridades de que trata o "caput" deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2022, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos, devendo tais medidas constar do PPA – 2022 – 2025.
- § 4.º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o Anexo de Metas e Prioridades para 2022 com as alterações ocorridas será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício, desde que devidamente evidenciados no Plano Plurianual compreendendo o exercício de 2022.
- § 5.º O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Duas Barras relativo ao exercício de 2022 buscará atender aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade.
- § 6.º O Poder Executivo poderá a qualquer tempo, proceder a ajustes nas metas e valores estabelecidos no PPA - 2022-2025, em razão da necessidade de inserção de novos projetos e atividades no Orçamento em vigor, de modo a assegurar a compatibilidade entre o referido PPA e o respectivo Orçamento.

CAPÍTULO II

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art.3.º - Integra esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, estabelecido para o próximo exercício, em conformidade com o que dispõem os §§ 1.º e 3.º do art. 4.º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

MUNICIPIO DE QUAS BARRAS

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





- § 1º. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2022, deverá levar em consideração o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelecendo nos diversos Anexos que são parte integrante desta lei, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da divida pública para o exercício de 2022, em conformidade com a Portaria nº 589 de 29 de agosto de 2005-STN.
- § 2º A avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior e o comparativo nos três exercícios anteriores fazem parte da presente lei em conformidade com os Demonstrativos II Avaliação das Metas Fiscais do Exercício Anterior e III Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
- Art.4.º Estão discriminados em anexo que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

- Art. 5° Para efeito desta Lei, entende-se por:
- I Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado, sempre que possível, por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- § 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

MUNICIPIO DE DUAS BARRAS Fabricio Luiz Lima Avres

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





- § 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais dispositivos supervenientes, reguladores da matéria, do Ministério do Orçamento e Gestão.
- § 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 6º - A LOA – Lei Orçamentária Anual conterá :

I – O OF – Orçamento Fiscal:

II – O OI – Orçamento de Investimento;

III - O OSS - Orçamento da Seguridade Social.

- \S 1º: Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos fundos, órgãos e demais entidades da Administração direta e indireta do Município.
- $\S~2^\circ$: Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2022 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.
- § 3º: Na elaboração da proposta orçamentária de 2022, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada e a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.
- **Art. 7º** O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e deverá observar necessariamente :
- I texto da lei;
- II consolidação dos quadros orçamentários;
- III anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- § 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320\64, os seguintes demonstrativos:
- I do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;





FI: 010

- II do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- III da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;
- IV da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;
- V demonstrativos de investimentos;
- VI da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;
- VII da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- VIII da receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;
- IX da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- X da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- XI da despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta;
- XII da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- XIII do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;
- XIV das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;
- XV da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
- XVI da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;
- XVII de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;
- XVIII do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





- XIX da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação.
- XX da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;
- XXI da receita corrente líquida com base no art.1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei complementar 101/2000;
- XXII da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29:
- 2º Sem prejuízo das atribuições contidas no Caput deste artigo e parágrafo imediatamente anterior, a Lei Orçamentária Anual, deverá preferencialmente:
 - A Responsabilidade na Gestão Fiscal;
 - As Diretrizes Gerais para a Elaboração dos Orçamentos do Município bem -11 como as suas Alterações;
 - A Organização e a Estrutura dos Orçamentos; 111 -
 - A Execução Orçamentária e o Cumprimento de Metas; IV -
 - A Instituição, a Previsão e a Efetivação de Receita; V -
 - A Renúncia de Receita quando houver; V -
 - A Geração de Despesa; VI -
 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; VII -
 - As Despesas com Pessoal; VIII -
 - O Controle da Despesa Total com Pessoal; IX -
 - As Despesas com a Seguridade Social; X -
 - As Transferências Voluntárias; XI-
 - A Destinação dos Recursos Públicos ao Setor Privado; XII -
 - A Dívida e o Endividamento; XIII -
 - Os Limites da Dívida Pública; XIV -
 - A Recondução da Dívida aos Limites; XV -
 - As Operações de Crédito Contratação; XVI -
 - As Operações de Crédito Vedações; XVII -
 - As Operações de Crédito por ARO Antecipação de Receita Orçamentária; XVIII -
 - As Disponibilidades de Caixa; XIX -
 - A Preservação do Patrimônio Público; XX -
 - A Transparência na Gestão Fiscal; XXI -
 - A Escrituração das Contas Públicas; XXII -
 - As Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal; XXIII -
 - As Operações com o BACEN XXIV -
 - As Disposições Finais. XXV -







§ 3º O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2022, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

Art. 8º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, a discriminação da despesa das unidades orçamentárias se fará por unidade orçamentária, segundo a classificação programática definida pela Portaria nº 42 de 14 abril de 1999 e demais dispositivos supervenientes, reguladores da matéria, emitidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

I – o orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) DESPESAS CORRENTES:

Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes.

b) DESPESAS DE CAPITAL:

Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização e Refinanciamento da Dívida; Outras despesas de Capital.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município, da Responsabilidade na Gestão Fiscal e dos aspectos relevantes da Receita e da Despesa

Art. 9º - O projeto de lei orçamentária do Município de Duas Barras, relativo ao exercício de 2022, deve obedecer aos Princípios de Legalidade, Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Economicidade e Probidade Administrativa.

Parágrafo único : Sem prejuízo das atribuições descritas no caput deste artigo, o projeto de Lei Orçamentária assegurará ainda os princípios de justiça, controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento :

I – o princípio de justiça social implica assegurar projetos e atividades que visem reduzir

Praça Governador Portela, <u>D7 - Centro - Duas Barras - RJ</u>

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





as desigualdades entre indivíduos e regiões do município, contribuindo para a redução da exclusão social;

- II o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, através dos instrumentos previstos na legislação a ser editada;
- III o princípio de transparência implica, alem da observação do principio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.
- Art. 10° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes.
- Art. 11º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário mínimo no exercício de 2022, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com o que dispõe o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/00.
- Art. 12º Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira em função da ocorrência de circunstâncias que de alguma forma impeçam a obtenção de resultado primário satisfatório, conforme disposto no art. 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2.000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de 'projetos', 'atividades' e 'operações especiais', a serem aplicados de forma proporcional à participação do Legislativo e das demais entidades da Administração Indireta do Município;
- § 1º Além das exclusões referentes às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e às despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, o Poder Executivo poderá descrever outras despesas que não serão alvo de limitação de empenho, devendo as mesmas, encontrar-se assinaladas na Programação Financeira de Desembolso e no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
- § 2º No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira e sem prejuízo das disposições contidas no parágrafo anterior, a Administração Municipal buscará despesas abaixo limitações às preservar das respectivas preferencialmente hierarquizadas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II – Conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2.000;

§ 3° - Não poderão ser programados novos projetos, à conta de anulaç<u>ão de d</u>otação

MUNICIPIE DE DUAS BARRAS Fabricio Luiz Lima Avres

Praça Governador Portela of Centrol Duas Barras - RJ CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212

FMAII: prefeituranduasharras ri anv hr l faleconosconduasharras ri anv hr







destinada aos investimentos em andamento, cuja execução tenha ultrapassado trinta e cinco por cento até o exercício financeiro de 2021.

- § 4º As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, e as despesas de que trata o parágrafo anterior, relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior, serão, independentemente de quaisquer limites, reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos.
- § 5° A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, se dará nos trinta dias subseqüentes ao final de determinado bimestre em que se verificar a impossibilidade de realização de Receitas suficientes para o cumprimento de Metas de Resultado Primário e Nominal, que se encontram devidamente especificados no art. 9° e Anexo de Metas Fiscais, que é parte integrante desta lei.
- **Art. 13º** A lei orçamentária para o exercício financeiro de 2022 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:
- realização de receitas não previstas;
- II. disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual às receitas previstas e a despesas fixadas;
- III. adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.
- **Art. 14°** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei n.º 4.320/64, não devendo a autorização para abertura de créditos suplementares ultrapassar o percentual de 50 % dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social. Tal limite não abrange a abertura de créditos especiais que dependerão de lei especifica.
- Art. 15° Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.
- **Art. 16º** Além de observadas as prioridades fixadas no art. 2 desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada a cargo da Administração Direta, dos Fundos e Autarquias se :
- I tiverem sido adequadamente concluídos todos os que estiverem em andamento;

refeito

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212



FI: 015

- II tiverem sido completadas as despesas de conservação do patrimônio público;
- III tiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- IV os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigidas quando da alocação de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.
- V A expansão das referidas despesas de caráter continuado não deverá ultrapassar o percentual descrito no Anexo de Metas Fiscais, desde que não ocorram excessos ou ingressos de recursos não previstos inicialmente, de modo a se manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do município.
- § 1.º As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, em conformidade com o disposto no art. 45 da LRF e na forma descrita em Anexo a presente Lei.
- § 2.º O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo Relatório específico objetivando o atendimento ao disposto no art. 45 da LRF.
- § 3.º Entende-se como despesas de conservação do patrimônio público, aquelas elencadas em conformidade com as metas descritas no PPA para o período, compreendendo as previsões a serem materializadas nas diversas dotações orçamentárias inerentes necessariamente à conservação dos bens de uso comum (praças, parques, jardins, calçamentos e infra-estrutura em geral), bem como aquelas referentes à conservação dos próprios municipais (prédios, terrenos, imóveis em geral da municipalidade).
- **Art. 17º** Nos casos de despesas de duração continuada, a que se refere o art.16 desta lei, também deverão ser obedecidas às disposições contidas nos art.16 e 17 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- § 1°: A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado serão acompanhados de:
- I ESTIMOF Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, Instruída pelas PMCUs Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas, no Exercício em que deva entrar em vigor e nos subsegüentes;
- II Demonstrativo da Origem dos Recursos para seu Custeio;
- III Comprovação de que a Despesa Criada ou Aumentada não afetará as Metas de Resultados Primário e Nominal almejadas e descritas na LDO - Lei de Diretrizes

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212

EMAIL: prefeitura@duasbarras.rj.gov.br | faleconosco@duasbarras.rj.gov.br

Prefeito







IV - MC - Medidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento Permanente de Receita ou pela Redução Permanente de Despesa;

Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA;

- Compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual; VI

- Compatibilidade com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. VII

§ 2°. A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado não serão executados antes da implementação de:

I - Comprovação de que a Despesa Criada ou Aumentada não afetará as Metas de Resultados Primário e Nominal;

- MC - Medidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento Permanente de Receita ou pela Redução Permanente de Despesa;

- Art. 18º É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art.14, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, preferencialmente as que exercem atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, priorizando as que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como nas áreas de saúde, educação, cultura e turismo.
- § 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos na caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2022 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, sem prejuízo de outras documentações que o município julgar necessárias.
- § 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
- § 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão ainda de:
- I Publicação, pelo Poder Executivo, de normas gerais ou específicas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade, sendo que, no caso de lei específica, tais normas poderão estar contidas no corpo da respectiva lei que autoriza a subvenção ou auxílio à

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212







IV - MC - Medidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento Permanente de Receita ou pela Redução Permanente de Despesa;

- Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA;

- Compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual; VI

- Compatibilidade com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. **\/**||

§ 2°. A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado não serão executados antes da implementação de:

I - Comprovação de que a Despesa Criada ou Aumentada não afetará as Metas de Resultados Primário e Nominal;

- MC - Medidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento Permanente de Receita ou pela Redução Permanente de Despesa;

- Art. 18º É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art.14, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, preferencialmente as que exercem atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, priorizando as que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como nas áreas de saúde, educação, cultura e turismo.
- § 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos na caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2022 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, sem prejuízo de outras documentações que o município julgar necessárias.
- § 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
- § 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão ainda de:
- I Publicação, pelo Poder Executivo, de normas gerais ou específicas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade, sendo que, no caso de lei específica, tais normas poderão estar contidas no corpo da respectiva lei que autoriza a subvenção ou auxílio à MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212 EMAIL: prefeitura@duasbarras.rj.gov.br | faleconosco@duasbarras.rj.gov.br



FI: 017

entidade beneficiada, mesmo que de forma sintética.

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º – A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica, podendo ser regulamentada por ato próprio do Poder Executivo.

Art. 19º - As receitas próprias das entidades mencionas no art. 18, (Administração Direta e Indireta), serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção das respectivas entidades.

Art. 20° - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos

com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 21º - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de 0,5 % da receita corrente líquida consolidada, prevista para o exercício de 2022, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 22° - O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua Finalidade que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar voltado para:

§ 1° - Através de Ação Planejada e Transparente, Cumprir Metas de Resultados entre Receitas e Despesas;

§ 2° - Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, a Limites e Condições no que tange a:

Renúncia de Receita; 1

Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e 11 Outras:

Dívidas Consolidada e Mobiliária; 111

Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita -IV ARO:

Concessão de Garantia;

Inscrição em Restos a Pagar. VI

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS



CAPÍTULO IV

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

- Art. 23º A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social e/ou Instituto próprio de previdência.
- **Art. 24°** A elaboração da Lei Orçamentária deverá prever mecanismos que promovam a recondução da dívida consolidada do Município aos limites a serem estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do estabelecido no *caput* do art. 31 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- **Art. 25°** O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir na composição da receita total do município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal, observando contudo o limite de endividamento de ate 50 % das Receitas Correntes Líquidas apuradas ate o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30, 31 e 32 da LRF.
- § 1° A Lei Orçamentária Anual deverá conter, quando cabível, demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações ao nível dos projetos e atividades, a serem financiadas por tais recursos.
- $\S\ 2^\circ$ A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.
- **Art. 26°** A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- **Art. 27º** A Administração Municipal deverá proceder à correção do principal da dívida contida no passivo permanente, utilizando preferencialmente o índice de preços IPCA, ou um outro a ser definido pela autoridade tributária competente.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos

Art. 28º - No exercício financeiro de 2022, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2.000.

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





- Art. 29° O Executivo poderá encaminhar projetos de Lei visando à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, bem como o reenquadramento de cargos e funções, de forma a:
- I. Otimizar a imagem pública do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho, motivando-o permanentemente na busca total da qualidade do serviço público;
- II. Proporcionar desenvolvimento profissional dos servidores municipais, através de programas de treinamento dos recursos humanos:
- III. Proporcionar desenvolvimento pessoal dos servidores municipais através de programas informativos, educativos e culturais.
- IV. Melhorar as condições de trabalho, especialmente, no que concerne à saúde, segurança do trabalho e justa remuneração.

Parágrafo Único – Observadas as disposições contidas no artigo anterior, o Executivo poderá encaminhar projetos de Lei visando:

- A concessão , absorção de vantagens e aumento de remuneração de 1. servidores;
- II. A criação e a extinção de cargos públicos, bem como a criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras:
- III. Provimento de cargos em conformidade com as necessidades da Administração Municipal, através da realização prévia de concurso público, respeitando-se sempre as atribuições e o poder discricionário por parte do ente público inerentes aos cargos em comissão.
- IV. Provimento de cargos e contratações de emergência estritamente necessária, respeitada a legislação vigente.
- Art. 30° Observadas as disposições contidas no art. 28, o Legislativo poderá encaminhar projetos de Lei ou deliberar sobre projetos de resolução, conforme o

caso, visando à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, incluindo:

- I. A concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- A criação e a extinção de cargos públicos, bem como a criação, extinção e 11. alteração da estrutura de carreiras;

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS Fahricio Luiz Lim

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





- III. Provimento de cargos e contratações de emergência estritamente necessárias, respeitada a legislação vigente;
- Art. 31º A criação ou ampliação de cargos, além daqueles mencionados nos artigos anteriores, atenderá aos seguintes requisitos:
- I. Existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II. Inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na Administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas;
- III. Resultar de ampliação, decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual;
- IV. Verificação de que o ato que provoque aumento da despesa com pessoal não será executado antes da implementação de:
- 1) Comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultado primário e nominal almejado pela Administração Pública em conformidade com a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000.
- 2) MC Medidas de Compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente da receita ou pela redução permanente da despesa.
- V. Serão nulos de pleno direito os atos que provoquem aumento da despesa com pessoal conforme exposto no art. 21 da Lei Complementar nº 101/00;
- VI. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites previstos nos artigos nº 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00, providenciar de imediato os procedimentos de ajuste estabelecidos na referida Lei;

CAPÍTULO VI

Das Disposições Sobre a Receita e Possíveis Alterações na Legislação Tributária do Município para o Exercício Correspondente

Art. 32° - As diretrizes da receita para o ano de 2022 impõem o aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas ao incremento das receitas próprias. Inclui-se também a possibilidade de concessão de incentivos fiscais como forma de

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS Fabricio Luiz Lima Ayres

Praça Governador Portela, 07 - Centro Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, desde que tais iniciativas não sejam agressivas ao meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, desde que satisfeitas às exigências contidas no art. 4°, parágrafo 2°, V da Lei Complementar n° 101/00.

Parágrafo Único: Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao credito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme disposto no art. 14, parágrafo 3 da LRF.

- **Art. 33**° Poderão ser apresentados projetos de lei dispondo sobre as seguintes alterações na área da administração tributária , observados , quando possível, a capacidade econômica do contribuinte e, sempre, a justa distribuição de renda:
- I atualização da planta genérica de valores do município;
- II revisão ,atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III Instituição de taxas pela prestação de serviços, com a finalidade de custear serviços específicos e divisíveis, colocados à disposição da população;
- IV Revisão da legislação referente ao Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza;
- V Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI Revisão da legislação sobre as Taxas pelo exercício do poder de polícia administrativo;
- VII Revisão e/ou implementação de isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.
- VIII Concessão de incentivos fiscais ou outros mecanismos tributários que permitam o atendimento das diretrizes do Art. 2° desta lei;
- IX Revisão da legislação sobre o uso do solo com redefinição dos limites da zona urbana Municipal.
- $\S~1^\circ$ A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que Compreenda Renúncia de Receita deverá:
- I Estar Acompanhada de Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes;

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212







II - Atender a pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstração de que a Renúncia foi considerada na de Receita da LOA - Lei Orçamentária Anual e de que não afetará as Metas de Resultados Fiscais Previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

- b) estar Acompanhada de Medidas de Compensação, Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, meio do Aumento de Receita, proveniente:
- b.1 da Elevação de Alíquotas;
- b.2 da Ampliação da Base de Cálculo;
- b.3 da Criação de Tributo.
- § 2° A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Renúncia de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem efetivamente Implementadas as Medidas de Compensação.
- **Art. 34°** O projeto da Lei Orçamentária Anual poderá considerar, na previsão de receita, a estimativa de arrecadação decorrente das alterações na legislação tributária proposta pelo executivo, nos termos do artigo anterior.
- $\S\ 1^\circ$ as receitas estimadas na forma do $\it caput$ deste artigo deverão ser vinculadas às despesas detalhadas por projetos e atividades.
- $\S~2^\circ$ a execução das despesas de que trata o parágrafo anterior, ficará condicionada à aprovação das alterações propostas para a legislação tributária.

Capítulo VII

Das transferências voluntárias

Artigo 35° - Transferência Voluntária é o Recebimento de Recursos Correntes ou de Capital de outro Ente da Federação, a Título de Cooperação, Auxilio ou

Assistência Financeira, que não decorra de Determinação Constitucional, Legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Artigo 36° - A Transferência Voluntária poderá ser realizada, se forem obedecidas as seguintes exigências:

I - Existência de Dotação Específica;

II - Não Utilização para Pagamento de Despesas com Pessoal Ativo, Inativo

MUNICIPIO DE LUAS CARRAS

Praça Governador Portela, 07 - Centro Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212



FI: 023

Pensionista;

III - Comprovação, por Parte do Beneficiário, de:

- a) que se acha em dia quanto ao Pagamento de Tributos, Empréstimos e Financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à Prestação de Contas de Recursos anteriormente dele recebidos;
- b) cumprimento dos Limites Constitucionais relativos à Educação e à Saúde;
- IV Observância dos Limites das Dívidas Consolidada e Mobiliária, de Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita, de Inscrição em Restos a Pagar e de Despesa Total com Pessoal;

V - Previsão Orçamentária de Contrapartida;

VI - Não Utilização em Finalidade Diversa da Pactuada.

Artigo 37º - As Sanções de Suspensão de Transferências Voluntárias não se aplicam àquelas relativas a Ações de Educação, Saúde e Assistência Social.

Capítulo VIII

Das Disposições Finais

- Art. 38° É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- Art. 39° A Despesa Objeto de Dotação Específica e Suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, apresentará adequação orçamentária e financeira com a LOA Lei Orçamentária Anual se somadas todas as despesas da mesma espécie realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, observando que não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- **Art.** 40° A Despesa apresentará compatibilidade com o PPA Plano Plurianual, se estiver em Conformidade com as suas Diretrizes, os seus Objetivos e as suas Metas.
- **Art. 41°** A Despesa apresentará compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias, se estiver em conformidade com as suas Prioridades e as suas Metas.
- Art. 42º O Poder Executivo poderá estabelecer, através de decreto, sistema de controle de custos e de verificação das ações do governo, tendo em vista minimizar desvios e aferir os resultados obtidos, tornando-se necessário, os esforços no sentido de disponibilização dos recursos (material e humano) para a realização dos mesmos, devendo desde já, as despesas serem executadas respeitando-se os preços médios praticados pelo mercado, no tocante as aquisições de bens e serviços, bem como a utilização de tabelas e/ou parâmetros oficiais para a realização de investimentos (projetos), além do atendimento ao disposto nos diversos artigos da Lei

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212 EMAIL: prefeitura@duasbarras.rj.gov.br | faleconosco@duasbarras.rj.gov.br







nº 8.666/93, devendo o controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal obedecer ao estabelecido no art. 50, parágrafo 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, em conformidade com o art. 4º, e da LRF. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2022 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 43° - Para os efeitos do art.16 da Lei Complementar nº 101, 04 de maio de 2.000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8 666/1.993.

Parágrafo Único. Ocorrendo a Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoamento de Ação Governamental que Acarrete Aumento da Despesa Irrelevante - não será necessário Orçamentárioapresentar a ESTIMOF – Estimativa do Impacto

Financeiro, Instruída pelas PMCUs -Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas e a DOD - Declaração do Ordenador da Despesa.

- Art. 44° Notadamente, tendo em vista os dispositivos elencados no artigo anterior, em conformidade com o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, entende-se como despesas relevantes, aquelas cujo valor seja superior para bens e serviços, aos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1.993.
- § 1º A Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoamento de Ação Governamental -PROJETOS - que Acarrete Aumento da Despesa Relevante será sempre que possível, acompanhado de:
- I ESTIMOF Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, Instruída pelas PMCUs - Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas, no Exercício em que deva entrar em vigor e nos 02 (dois) subseqüentes;
- DOD Declaração do Ordenador da Despesa de que o Aumento tem;
- Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA Lei Orçamentária Anual; a)
- Compatibilidade com o PPA Plano Plurianual; Compatibilidade com a LDO Lei b) de Diretrizes.
- c) Compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ

CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212





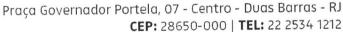
- $\S~2^\circ$ As Despesas de Aperfeiçoamento de Ação Governamental PROJETOS ficam Classificadas em 02 (dois) Grupos:
 - I O GDR Grupo das Despesas Relevantes;
 - II O GDI Grupo das Despesas Irrelevantes.
- **Art. 45°** Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo nº 8 da Lei Complementar nº 101/2.000, devendo constar da programação financeira e

cronograma de execução mensal de desembolso as Receitas e Despesas ou ingressos e desembolsos por categoria econômica e natureza de despesa, podendo conter abertura sintética dos mesmos, desde que permitam a correta analise dos dados evidenciados.

Parágrafo único. As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do "caput" deste artigo e nos termos das determinações constantes do art. 13 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

- **Art. 46°** Em razão de eventuais descontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que trata o § 5.º do art. 166 da Constituição Federal.
- **Art. 47º** Respeitado o disposto no art. 22 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.
- Art. 48 A Administração Municipal poderá proceder à contratação excepcional de horas extras, nas hipóteses em que os valores das despesas com pessoal ultrapassarem o limite prudencial descrito no art. 22 da LRF, somente quando os respectivos servidores estiverem realizando seus trabalhos vinculados às ações de Educação, Saúde e Assistência Social ou em demais funções de Governo desde que devidamente fundamentado o interesse público precípuo para aquele período específico, demonstrando a necessidade eminente para o período em destaque e o caráter de excepcionalidade oriundo de situação atípica.
- Art. 49° O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei ao Poder Legislativo visando à sua adequação, no que tange a Estrutura Administrativa e Operacional, inclusive com a criação ou desmembramento de Secretarias, objetivando se ajustar











aos novos dispositivos normativos, em especial os da Lei Complementar nº 101/00, que impõe metodologia e procedimentos complexos de planejamento e de gestão para os entes públicos, desde que satisfeitos os dispositivos descritos na Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulem a matéria.

- **Art. 50°** O município poderá auxiliar o custeio de despesas atribuídas a União e ao Estado mediante a celebração de termo próprio, desde que manifestado o interesse municipal, bem como a existência de recursos orçamentários, não podendo tais despesas ultrapassar o limite estabelecido nesta Lei no que concerne ao percentual da receita corrente líquida destinada à reserva de contingência.
- **Art. 51º** Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2021 sua programação poderá ser executada, até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.
- § 1.º Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.
- § 2.º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.
- **Art. 52°** As emendas ao projeto de lei de orçamentária para 2022, ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, devem atender às seguintes condições:
- § 1.º Serem compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2022/2025 e suas alterações posteriores; com as diretrizes, disposições, prioridades e metas do referido Plano.
- § 2.º Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.
- I não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:
- a) pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;
- § 3.º Estarem necessariamente relacionadas:







- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Art. 53º - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de empréstimos internos e externos.

Parágrafo Único - As emendas quando de sua proposição somente deverão ser efetivadas desde que atendidos os dispositivos descritos no art. 166 da CF/88 c/c o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, considerando a necessidade de apresentação das iustificativas e possíveis comprovações de erros e inconsistências materiais que pudessem suportar a realização das respectivas emendas em conformidade com o disposto no art. 52 da presente lei.

Art. 54° - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 55° - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsegüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56° - O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Duas Barras, 01 de julho de 2.021.

Dr. Fabricio Luiz Lima Ayres

Prefeito



TABELA - MEMÓRIA DE CÁLCULO MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS

TABELA AUXILIAR PARA A CORREÇÃO DE (ORÇAMENTO) - 2022

JRCAMENIO) - 2022	2000	2023	2024
Ano	7707		00400
inca-variacão anual	0,0430	0,0420	0,0400
Cooperation -	1.0000	1,0000 1,0000	1,0000
ipca anuai (2020-1,00)	0.0436	0.0436 0.0425	0.0410
ipca médio	OCTO,U	0000	1 1276
inca médin (2020=1,00)	1,0436	1,0880	1,1320
Comômico caracieres	0,0280	0,0300	0,0320
Crescilliento economico	0,0035	0,0030	0,0030
expansao da base ipru	0 0000	\$ 15,000	0,0000
expansão da base Itbl	000000		0000
legis la cão intu	00000'0	0,0000	0,0000
asi ogodlainal	00000'0	00000'0	0,0000
cor operation	0.0000	0,0000	0,0000
legisiação Iuni	00000	00000	0000
administracão tributária iptu	0,000,0	0,000,0	0,000,0
seriminarianianianianianianianianianianianianiani	0,0400	0,0400	0,0400
administração esta seminar	00000	ט טטטט	0.0000
administração tributaria Itbl	0,000,0		

Obs1.:Utilizou-se a projeção do IPCA anual médio de 4,36 % para o exercício de 2.022 e projeção de 2,8 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercício.

Obs2.: Legislativo, a receita base é sempre o do ano anterior

Obs.3.: Determinadas Receitas podem conter outras variáveis para a composição do saldo estimado para 2.022. (Ex: Royalties)

Obs.4.: Valores das Receitas estimados para 2022, tomando por base o ano anterior (2021), além da variação das receitas nos exercícios imediatamente anteriores.

Obs.5: Ressaltando que os valores expressos em R\$ constantes apresentam o crescimento econômico, desconsiderando o efeito inflacionário.

2022 2023 3 3.2 2023 3.2			Control of the Contro
			000
	,UC	22	2,8
	4 04		•
	,00	73	3
	707	27	C
	.UC	76	5,5

VALORES CONSCEIENCES									
Estado do Rio de Janeiro									
Prefeitura Municipal de Duas Barras - 2022 VAI ORES CONSOLIDADOS	METAS FISCAIS								
DEMONSTRATIVO - I ANEXO DE METAS FISCAIS	LRF, ART. 4°, #1								
	RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	IO E NOMINAL							EM MILHARES
ESPECIFICAÇÃO								. 000	
Pin Control of the Co		2022			2023			2024	
	VALOR CORRENTE	VALOR	% PIB	VALOR	VALOR	% PIB	VALOR	VALOR	% PIB
A RECEITATOTAL	73.243,1	70.183,1	0,009394%	78.646,6	72.288,6	0,009793%	84.490,9	74.601,8	0,010195%
A1.RECEITANÃO FINANCEIRA	67.594,3	64.770,3	0,008670%	72.581,1	66.713,5	0,009038%	77.974,8	68.848,3	0,009409%
A2.RECEITA FINANCEIRA	5.648,7	5.412,7	0,000724%	6.065,5	5.575,1	0,000755%	6.516,2	5.753,5	0,000786%
R DESPESA TOTAL	67.675,9	64.848,5	0,008680%	72.668,7	66.794,0	0,009049%	78.068,9	68.931,4	0,009420%
B1. DESPESA NÃO FINANCEIRA	67.329,8	64.516,8	%969800'0	72.293,4	66.449,0	0,009002%	77.662,6	68.572,6	0,009371%
B2. DESPESA FINANCEIRA	346,1	331,7	0,000044%	375,3	344,9	0,000047%	406,3	358,7	0,000049%
C. RESULTADO (A-B)	5.567,1	5.334,5	0,000714%	5.977,9	5.494,6	0,000744%	6.422,1	5.670,4	0,000775%
D. RESULTADO PRIMÁRIO	264,6	253,5	0,000034%	287,7	264,4	0,000036%	312,2	275,6	0,0000038%
(C- (A2 - B2)	633.1	606.7	0,000081%	673,6	619,2	0,000084%	716,6	632,7	%980000'0
E. RESULTADO NOMINAL.	2.862.2	2.742,6	0,000367%	2.948,1	2.709,7	0,000367%	3.036,5	2.681,1	0,000366%
DIVIDA FUBLICA CONSOCIERADA	-9.796.1	9.386,8	-0,001256%	-10.469,7	-9.623,3	-0,001304%	-11.186,3	-9.877,0	-0,001350%

⁻ Despesa não financeira, considerando a estimativa da despesa a ser liquidada no respectivo exercicio.

Obst. Utilizouse a projeção do IPCA anual de 4,35 % para o exercicio de 2022 e projeção de 2,8 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio.

Obs2. Utilizouse a projeção do IPCA anual de 4,25 % para o exercicio de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio.

Obs3./Utilizouse a projeção do IPCA anual de 4,10% para o exercicio de 2024 e projeção de 3,2 % (PIB.). Crescimento Econômico para o referido exercício. Obs.: Utilizou-se o PIB aproximado de R\$ 779,678,15 Bilhôes (Estado) para 2022.

NOTA: Projeções considerando possiveis perdas decorrentes de perda de arrecadação em virtude da crise financeira em razão da Pandemia da COVID-19.

ANEXO IX DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (Art. 4°, Parágrafo 3°, da Lei Complementar n° 101 de 04/05/2000

Eventuais passivos contingentes e outros riscos fiscais, serão atendidos pela Reserva de Contingência, cujos recursos serão alocados na Lei Orçamentária anual, em montantes suficientes para sua cobertura.

Conforme disposto no art. 4°, parágrafo 3°, da Lei Complementar n. 101/00 o Anexo de Riscos Fiscais compreende os passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas.

Neste contexto devem ser considerados passivos contingentes os possíveis riscos decorrentes de sentenças judiciais que podem acarretar aumento da despesa pública, sem prejuízo, todavia, do disposto no art. 100 da CF/88. Outrossim, a possível frustração de arrecadação ou extinção de determinada receita prevista que possa afetar o resultado pretendido, atrelado a mudanças bruscas e repentinas na conjuntura econômica nacional e regional, devem ser consideradas como riscos fiscais, cabendo ao município dentre outros procedimentos, a utilização de mecanismos de correção de possíveis desvios, objetivando o restabelecimento do equilíbrio orçamentário e financeiro do mesmo. Na ocorrência de tais eventos, o Município procederá o contingenciamento de despesas, através da limitação de empenhos, anulação de dotações orçamentárias destinadas a investimentos e posteriormente as destinadas ao custeio, além da utilização da reserva de contingência conforme previsto na legislação que regula a matéria.



Data de					Execução %	.0	Recu	Recursos priorizados para 2021	s para 2021	
início Exercício Previsto P/ A executar em Projetos em		Data de								
execução Valor do Projeto anterior Exercício /20 2021 execução		início		Exercicio	Previsto P/	A executar em	Projetos em	Conservação		
mar/14 R\$ 380.284,66 80,00% 10,58% * * * THE RS 1,600,000.00 * *		execução	Valor do Projeto	anterior	Exercício /20	2021	execução	do patrimonio	do patrimonio Novos Projetos	(0
mar/14 R\$ 380.284,66 80,00% 10,58% * * * R\$ 1,600,000.00 * * *										
mar/14 R\$ 380.284,66 80,00% 10,58% * * * R\$ 1,600,000.00 * *	Contrato de Repasse nº 03703137-53/ 2011									
mar/14 R\$ 380.284,66 80,00% 10,58% * * * R\$ 1,600,000.00 * * *	Ministério da Cidadania - Estruturação de									
mar/14 R\$ 380.284,66 80,00% 10,58% * * * R\$ 1,600,000.00 * *	rede de proteção Social Básica -									
mar/14 R\$ 380.284,66 80,00% 10,58% * * * * * * * * * * * * * * *	Construção de Centro de Referência da						3			
- 2907/07 - FNS -	Assistência Social - CRAS	mar/14			10,58%	10,58%	*	*	R\$ 380.284,66	34,66
. 743/07 - FNS - * * * * * * * * * * * * * * * * * *	Devolução - Convênio - 2907/07 - FNS -						3			
. 743/07 - FNS - * * * * * * * * * * * * * * * * * *	Reforma do Hospital			*	*	*	*	*	K\$ /65.4	/65.484,85
RIA - MONNERAT RS 1.600.000.00 * *	Devolução - Convênio - 743/07 - FNS -									,
* 1.600.000.00 * *	Ampliação do Hospital			*	*	*	*	*	R\$ 429.204,40	04,40
*	REFORMA - RODOVIÁRIA - MONNERAT		R\$ 1.600.000,00	*	*	100%	*	*	R\$ 1.600.000,00	00,00



MUNICÍPIO DO DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO II

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

DO EXERCÍCIO DE 2020 LRF, art. 4°,§2°, inciso I

*	R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	2020
	meta
Receita Total	64.130,99
Receitas Primárias (I)	62.998,39
Despesa Total	58.599,90
Despesas Primárias (II)	58.411,90
Resultado Primário (I-II)	4.586,49
Ressultado Nominal	1.970,40
Dívida Pública Consolidada	2.697,90
Dívida Consolidada Líquida	-9.324,10
Dívida Fiscal Líquida	-9.324,10

FONTE: Secretaria de Fazenda



MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO III

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ANUAIS DE 2019, 2020 E 2021

LRF, art. 4°,§2°, inciso II

		R\$ mil correntes	
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	
	meta	meta	
Receita Total	61.529,40	67.530,10	
Receitas Primárias (I)	56.212,00	62.322,00	
Despesa Total	53.692,70	62.397,20	
Despesas Primárias (II)	53.692,70	62.102,50	
Resultado Primário (I-II)	2.519,30	219,50	
Ressultado Nominal	-2.813,20	-358,60	
Dívida Pública Consolidada	1.547,30	2.265,40	
Dívida Consolidada Líquida	-10.569,60	-5.236,20	
Dívida Fiscal Líquida	-10.569,60	-5.236,20	

	R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	Metas
	2021
Receita Total	65.774,50
Receitas Primárias (I)	60.701,80
Despesa Total	60.775,10
Despesas Primárias (II)	60.457,40
Resultado Primário (I-II)	244,40
Ressultado Nominal	-402,30
Dívida Pública Consolidada	1.641,50
Dívida Consolidada Líquida	-6.310,20
Dívida Fiscal Líquida	-6.310,20

FONTE: Secretaria de Fazenda



MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO IV EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2022

R\$ milhares LRF, art. 4°,§2°, inciso III PATRIMÔNIO LÍQUIDO % 2018 % 2019 2020 100,00% 45.993,81 100,00% 49.126,28 100,00% 50.968,52 Patrimônio/Capital 0,00% 0,00% 0,00% 0,00% Reservas 0,00% 0,00% Resultado Acumulado
TOTAL 45.993,81 100,00% 49.126,28 100,00% 50.968,52 100,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda.(2020 Estimado)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE META FISCAIS

DEMONSTRATIVO V ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2022

LRF, art. 4°, §2°, inciso III

R\$ milhares

LRF, art. 4°, §2°, inciso III			Rφ IIIIII lai es
RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL	0	45	0
Receita de Alienação de Ativos	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	45	0
Alienação de Bens Imóveis			
TOTAL (I)	0	0	0

DESPESAS LIQUIDADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS Investimentos Inversões Financeciras Amortização/ Refinanciamento Dívida DESPESAS CORRENTES DO RPPS	45	0	0
TOTAL (II)	45	0	0
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) - (I - II)	-45	0	0

FONTE: Secretaria de Fazenda

MUNICIPIO DE JUAS BARRAS
Fabricio Luiz Lima Ayres
Praserto

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VI

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS 2022

RF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea a	2018	2019	2020
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	3.381.8	7.179.7	1.765.6
RECEITAS CORRENTES	1.352,5	1.121.1	1.069.5
Receita de Contribuições	1.286.3	962.9	1.034.1
Pessoal Civil	1.286,3	902,9	1.004,1
Pessoal Militar	1 1	-	
Outras Contribuições Previdênciárias	-	158,2	35.4
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	66,2	4.840.1	(1.095,1)
Receita Patrimonial	502,1		472,9
Outras Receitas Correntes	4,1	1,6	412,5
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	•
Alienação de Bens	-	-	
Outras Receitas de Capital		1.216.9	1.318.3
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS - INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.523,1		1.318.3
Contribuição Patronal do Exercicio	1.523,1	1.216,9	1.318.3
Pessoal Civil	1.523,1	1.216,9	1.510,5
Pessoal Militar	-		
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	
Pessoal Civil	-	-	
Pessoal Militar	-	-	
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	1.765,6
TOTAL RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1)	3.381,8	7.179,7	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO GERAL	390,6	413,1	472,9
Despesas Correntes	374,0	407,0	424,7
Despesas de Capital	16,6	6,1	48,2
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.584,4	4.207,8	4.851,4
Pessoal Civil	3.584,4	4.207,8	4.851,4
Pessoal Militar	-	- 1	
Outras Despesas Correntes	-	-	
Compensação Previd. De aposent. RPPS E RGPS	-	-	
Compensação Previd. De pensão. RPPS E RGPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	3.975,0	4.620,9	5.324,3
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	(593,2)	2.558,8	(3.558,7
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	36.877,6	44.808,6	46.092,3



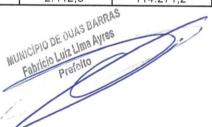
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VI.1 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2022

LRF, art. 4°, §2°, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

	REPASSE	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	
EXERCÍCIO	CONTRIB. PATRONAL (a)	Valor (b)	Valor (c)	Valor (d) = (a + b -c)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2020	0.0	5.398,9	1.002,5	4.396,4	46.307,3
2021	0,0	5.539,2	1.247,0	4.292.2	50.599.5
2022	0,0	5.714,9	1.427,9	4.287,0	54.886,5
2023	0,0	5.842,5	1.601,5	4.241,0	59.127,6
2024	0,0	5.989,8	1.781,4	4.208,4	63.336,0
2025	0,0	6.114,7	1.979,4	4.135,3	67.471,3
2026	0,0	6.253,7	2.178,1	4.075,6	71.546,9
2027	0,0	6.343,1	2.398,6	3.944,5	75.491,4
2028	0,0	6.441,3	2.632,1	3.809,2	79.300,7
2029	0,0	6.527,3	2.883,2	3.644,1	82.944,7
2030	0,0	6.596,3	3.115,4	3.480,9	86.425,5
2031	0,0	6.690,4	3.310,8	3.379,6	89.805,1
2032	0,0	6.735,9	3.498,5	3.237,4	93.042,5
2033	0,0	6.785,5	3.682,8	3.102,7	96.145,2
2034	0,0	6.825,2	3.890,1	2.935,1	99.080,4
2035	0,0	6.859,9	4.088,7	2.771,2	101.851,6
2036	0,0	6.883,9	4.259,2	2.624,7	104.476,4
2037	0,0	6.920,9	4.388,7	2.532,2	107.008,6
2038	0,0	6.956,2	4.474,9	2.481,3	109.489,9
2039	0,0	6.892,1	4.523,6	2.368,5	111.858,3
2040	0,0	6.948,7	4.535,9	2.412,8	114.271,2

FONTE: IAPDB



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VIII MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, art. 4°, §2°, inciso V	R\$ milhares
EVENTO	Valor Previsto - 2022
Aumento Permanente da Receita	4.971.6
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	535,3
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.436,3
Redução Permanente de Despesa (II)	0,5
Margem Bruta (III) - (I + II)	4.436,8
Saldo Utilizado (IV)	3.771.3
Impacto de Novas DOCC	3.771,3
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	0.771,5

FONTE: Secretaria de Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO VIII MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2022

LRF, art, 4°, §2°, inciso V

DC milharas

LRF, art. 4°, §2°, inciso V	R\$ milhares
EVENTO	Valor Previsto - 2022
Aumento Permanente da Receita	4.971,6
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	535,3
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.436,3
Redução Permanente de Despesa (II)	0,5
Margem Bruta (III) - (I + II)	4.436,8
Saldo Utilizado (IV)	3.771,3
Impacto de Novas DOCC	3.771,3
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	665.5

FONTE: Secretaria de Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO VII ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2022

LRF, art, 4°, §2°, inciso V

R\$ milhares

OFTOD (PROODAMA)	RENÚNCIA	DE RECEIT	A PREVISTA		
BENEFICIÁRIO	BETOR / PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO TRIBUTO/ CONTRIBUIÇÃO 2022 2023 2024		2024	COMPENSAÇÃO	
SERVIÇOS	ISS *	30	26	27	Atualização da Legislação Tributária e incremento da Fiscalização, bem como a divulgação para conscientização da população local e empresas
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	IPTU*	35	31	33	Atualização da Legislação Tributária e incremento da Fiscalização, bem como a divulgação para conscientização da população local e empresas
TOTAL		65	57	60	

FONE: Secretaria de Fazenda

butos + multas e juros dos tributos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

Cheels Garrial de Lotasplo e Compres

ANSIGO EE ESTAN.

POR CANADO DE ESTAN.

O MUNICIPIO ES DOM JANDAN LA CONTRA CONTRA



Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2021

içan i 19/08/2021 as 13:30 notes.

'fill org tir
'GAO ELETRÔNICO N° 059/2021, disponível EXCLUSIVAMENTE
duasbarras.g.gov.br e http://bil.org.br. a partir do dia 28 de julho di

Obs. As empresas declaradas suspensas de contratar com o Município de Duas não poderão participar do certame, assim como, as que não estiverem com as se ent dia, salva os casos previstos em Lei. Tede-fax (22) 2534-1212 / e-mail: holicació@gmail.com

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2021

O Manicipio de Diasa Barrise EJ, altravés de las sus Pregoreno, toma público aos inter-los, que fair maltrar fictação na modificado PRECIAO ELETROVICO. Provissos Administrator PO 04500201. Composito Administrator PO 04500201. Ceptor, Aquanção de Esquaramentos e Materiao Permanente, de Recurso de prásemente, para fusidade de Alanção especializada em Saúde, número da ut 1004. 3000001 00500001 de 1000 horas. COCAL, http://likel.gor.ph.

at 150.93-362.

Data da Licitação: 23/08/2021 ás 10.00 horas.

LOCAL: http://bil.org.br

EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 060/2021, disponível EXCLUSIVAMENTE

BOTIAL PREGÃO ELETRONICO Nº 060/2021, disponível EXCLUSIVAMENTE

s http://www.dussbarras.if.gov.br e http://bil.org.br, a partir do dia 28 de julho de

Obs: As empresas declaradas suspensas de contratar com o Município de Duas não poderão participar do certame, assim como, as que não estiverem com at es em dis, salvo os casos previstos em Lei. Tele-fax (22) 253-41272 / e-mel: Eliziacaodi@gmak.com

Neudeir Loureiro do Amaral Pregoeiro

OPOPULARNOTICIAS.COM.BR

Matérias Oficiais da Prefeitura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GARINETE DO PREFEITO AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2021

oio de Duas Barras-RJ, através de seu Pregoeiro, toma públi à realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

O Mancipio de Duas Barras-R4, atrineté de sau Prizogiones, torial publicación en modificade PRICAGO ELETROPACIÓ.

I, se, pue ten estates Entación en modificade PRICAGO ELETROPACIÓ.

Undidade l'inviso Nariogopi de Saúde

O Modificamento, descripación de Saúde

O Modificamento, debide de Modificamento, descripado se Assasilancia Farmacolatica Mo
Farmacola Basica. Unidades de Saúde do Municipio de Duas Barras.

COCAL Inspillado guide de Saúde do Municipio de Duas Barras.

COCAL Inspillado guide de Saúde de Municipio de Duas Barras.

EDITA, PREGAO ELETRÓPICO. Nº 601/2021, disponivel EXCLUSIAMENTI

BETTA, PREGAO

ce neprovervoussouras)-portos orientes de contratar com o Município de Duas (Dos: As empresas declaredas suspensas de contratar com o Município de Duas nillo poderido participar do certame, assim como, as que nillo estiverem com as es em dia, salvo os casos previstos em Lei. Tale-fas (22) 2543-1121 / e-mail faciacio/digignal.com

Neudeir Loureiro do Amaral Pregoeiro

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2021

O Municipio de Duss Barras-RJ, stravels de seu Pregodero, toma público, que far esilizar indiação na modeldade PREGAS ELETRONCO: Processo Administrativo Nº 10/6/2002.

Objeto: Elevertual e Nutra acquisição de Eugapamentos de informática and de Saudo, para selecte describos na tabela em antera ao processo, an eccasidado para a bora funcionamento do sistema da Serviça na consciendado para do bora funcionamento do sistema da Serviça para Dusta si Licação. de OSCO/2018 et 10 de Johnson.

a necessignole just a victoria de la filo de la filo de la filo de la Ciciada de Liciadada, 26/08/2021 as 10:00 horas.

LOCAL: http://dx.doc.jbr

CEUTAL PREGAO ELETRÔNICO N° 062/2021, disponível EXCLUSIVAMENTE
EDITAL PREGAO ELETRÔNICO N° 062/2021, a partir do día 25 de julho de
es http://www.duasbarras.rj.gov.br e http://dx.dorg.br, a partir do día 25 de julho de

Obs: As empresas declaradas suspensas de contratar com o Município de Duas não poderão participar do certame, assim como, as que não estiverem com as es em dia, selvo os casos previstos em 17 Tele-fax (22) 254-1212 / e-mail: licitaceodo@gnat.com

Neudeir Loureiro do Amaral Pregoeiro

AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2021

On Business (Manufacture) of 1971/20031.

Unidade: Secretaria Navincipal Fazaria Control Contr

Lei Municipal mº 1426 / 2021 REDAÇÃO INICIAL

Estabeleco as Diretrizes para as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal, Incluindo as Despesas de Capital Orientando a Elaboração da Lei Orçamentária, Dispondo sobre as Alterações na Legislação Tribularia, para o Exercício Financeiro de 2,022 e dá outras providências.

o PREFEITO DO MUNICIPIO DE DUAS BARRAS DO ESTADO DO RIG 3RO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CAMARA MUNICIPAL 9, eu sanciono a seguinte Lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição Fodoral, e em conformidade ao disposto na Lei Complementar nº 101/00 – LRGF – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal as diretrizes gerais para a elaboração

ular O Po



Matérias Oficials da Prefeitura Municipal de Duas Barras



Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III Da Estrutura e Organização dos Orça

\$20 Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculaim, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de ativide 1999 e demais dispositivos supervenientes, reguladores da matéria, do Ministério do Orgamento e Gestão.

§ 3o As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas jeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiai

§ 1o: Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação, orgãos e demais entidades da Administração direta e indireta do Município.

§ 3o: Na elaboração da proposta orçamentária de 2022, o Poder Executir tar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compa la propara e a propeita estimada, de forma a preservar o equilibrio das con

I - Isato da lei;
 I - consolidação dos quadros orgamentános;
 III - anexo dos orgamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a recipiona nos moderna ensta Lei;
 IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçade de da seguridade social.

I – do resumo da estimativa da receita total do munici undo a ongem dos recursos;

FI: 010 II - do r

IV – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e seg

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

cretarias para ações em cidadania nos bairros mais carente I) Incentivar a imptantação formal de micro e pe

Discontraz a implantação formal de micro o pequenas ompresas e empremol Programas de interedicação e manutenção da seguraça através de
Quarda Municipal. Com defisas no policimento comunitario.

Discontrar a participação de esposições, congressos padestas no indicado
Calendas a Texacológia e incrediça para a dissigação de Municipa e aquátição de conheciCalendas a Texacológia e incrediça para a dissigação de Municipa e aquátição de conheci-

mentos:

o) Promover estudos econômicos de criação de indicadores de conjuntura para .

Município de Duas Barras de forma a subsidiar o estabelecimento de diretrizes socioeco estabelecimento no Município. Estado

p) Incentivar e apoiar a atualização e a compra de no

gos.

q) Promover à integração com os Governos Federal, Estadual e com o Municipio da Região objetivando a implementação de políticas de desenvolvimento regionais y lincentivar a implementação de ações que busquem promover a autonomica e financiera das implements.

minica e filacionista des militaries:

II – ADMINISTRACIO, PLANCIAMENTO E FINANÇAS

a) Implementação de spúde que visem a mainimização operacional dos procedir

por internos de Alimentagola Mandroida.

y internos de Alimentagola Mandroida.

In object de la procedir de la completação de Mandroida de Man

more un tion ammercemen a provinción atraverso del corresco servições de competenciación () pomovers a capocitaçõe a o trestamento de so menta () à de quadro de socere municipale.

a () a perferioramento de administrações des tributos municipale, com vistas a
entrenerio das recelas próprias. Nobles es provincia porte de competencia de la competencia del la competenci

per.

g) Equilibrar as contas públicas, controlando a divida e viabilizarios para a população.

FI: 05 h) A Administr

FL 05
Administração Municipal sempre que possível buscará promover a regarização de seu quieto de pessoal, a alteração de carrerar com a insplantação do comercar com a insplantação do comercar com a insplantação do comercar com a insplantação do como planta de como participações de la como participações de comercia de comercia de carrera como a insplantação de comercia de modificações no Establico dos Seriosos Municipais e deman nomas regidardos da materia no elembro municipa.

a) Mathonis das Ações e Serviços de Saúde, anticularidos ações preventivas e a contrata canada de la canada de la canada canada de la canada del la canada de la canada del la canada de la canada del la canada de la canada del la canad

s ações em saúde; i) Implementar, aperfeiçoar e manter ações em saúde com foco no -19 e afins, objetivando maximizar à provenção e o possível tratamen

Påg. 10 Ediças - 1026



Matérias Oficiais da Prefeitura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO



GABINETE DO PREFEITO
e conjuntamente por calaptoria exonómica e origem dos recursors:
para e conjuntamente por calaptoria exonómica e origem dos recursors:
inclusios e conjuntamente por calaptoria exonómica, sejendo a origem dos recursors:
inclusios e conjuntamente por calaptoria exonómica, sejendo a origem dos recursors:
XXV - das depresadas e recestas dos argeneratos facular exonómica.
XXV - da dispresada e calactura dos conjuntamentes.
XXV - da dispresada dos argeneratos exonómicas dos desposa por função dos governos dos
organisticos facular de aseigandas dos calabtorias e conjuntamentes.
XXV - da dispresada dos alternos destas e conjuntamentes facular de aseigundas dos activos discos e conjuntamentes desta de aseigundas dos activos destas e conjuntamentes desta de aseigundas de activos destas e conjuntamentes de activos de

e o assunto; XVIII - do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seg da e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

FB. 011
XIX – de desconção sudrita, para cada unidade administrativa, de suas precipians
XIX – de aproprior lagislação.
XIX – de aproprior de que trate a Elimenda Constitucional nº 25.
XIX – de aproprior de complexión de que trate a Elimenda Constitucional nº 25.
XIX – de aproprior de lagislação com base no art.1º parágrafo 1º, inciso 1º via Le
mentar 101/2002.
XIXIII – de aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Elimenda
Licinosi nº 29.

§ 2º Sem prejuizo das atribuições contidas no Caput deste artigo e p ente anterior, a Lei Orçamentária Anual, deverá ainda observar, prefere

A Responsabilidade na Gestão Fiscal; retrizes Gerais para a Elaboração dos Orçan

A Responsabilidade na Gestão Fiscal:

 A Deretter Geria para sa Estratoria do Orçamentos do Illa sula Asia Certa para Sa Carla Car

FI: 012 § 3º 0 pojeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão despesas obrigatórias de caráter continuado para 2022, que compreende os gastos possoal e encargos sociais, serviço da divida e custelo de manutenção dos órgãos cionais.

Art. 8º - Na Lei Orçamentária Arual, que arresentent componemente a programa-orgamentos facals e da seguindade social a securimosión de despesa de los composicios de la composición de la composición de despesa de la mismo de la Potaria e "2 de 14 la del delidiria, segundo a classificação programáti-ndo pala Potaria e "2 de 14 la del 1998 e demais dispositivos supervenientes, como de matéria, emitidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão, expressa por nos de programação, oricando-se, pora cada uma, no seu menor invite de detalha-

a) DESPESAS CORRENTES: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Divida ; Outras Descesas Correntes

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município, da Responsabilidade na Gestão Fiscal e dos aspectos relevantes da Receita e da Desensa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º - O projeto de lei ori cicio de 2022, deve obedecer a e, Moralidade, Publicidade, Efic Parágrafo único: Sem proto to de Lei Orçamentária assegu parência na elaboração e exec

s assiguadades entre individuos e tregue a seseguar a todo cidado a per redução da entradas social: Il — principio de contrele social implica assegurar a todo cidado a pa na elaboraçõe o na comprehenseme to organeto, através dos instrumentos na legislação a ser editado: na legislação a ser editado: nacionad a polición de a utilização de amedi disponivela para garantir o efeti-dos municipes se informações relativas ao organiento.

Art. 10° - A estimativa da receita e a fixação da de-mentária, serão elaboradas a preços correntes. Art. 11° - A elaboração do projeto, a aprovação e a exes serão orientadas no sertido de alcançar supereivit primáno mini-estabelecido no Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com : 4º da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 12°. Caso seja necessária à limitação de empenho des dostodes orçame tánas a da movemetação financera em função da coordinos de cruculationas qua alguma forma inspecia motivenção de restado primeiro satisfator, contrum disolar no atr. 1° en acosto 10° cujulados propositores de respectados promos destados, contrum disolar no atr. 1° en acosto 10° cujulados procederão à respectado limitação do empenho de movimentação financias, podemo destine procederão à respectados, para o corporir projetor; atridisados e o operações espociais, a serim aplicados de lorma proporciora participação do Legislados e das domas enfoldade da Armentagho Indireia do Bala.

§ 1° - Alám das exclusões referentes às despesas que constituem ob-constitucionais e legais do Município e las despesas destinadas ao pagamento do gos da divida, o Poder Executivo poderá descrever outras despesas que não certici-limitação de empenho, devendo as mesmas, encontrar-se asishaladas na Progri-Financeira de Desembridos e no Conorgiama de Execução Memail de Desembridos

§ 2º - No caso de limitação de empenho e de movime juizo das disposições contidas no parágrafo anterior, a Admi preferencialmente preservar das respectivas limitações às d

6 3º - Não poderão ser progra

§ 4 % As desposas obrigatorias de caráter continuado definidas no art. 1 Complementar n.º 101. de 2000, e as desposas de que trata o puergrafo anterior. a repúdes os mándemos, comen de qualquer ferinas, enceptados por entre en

Art. 14° - A abertura de crédidos suplementares e especiais dependerá da exis-tência de recursos disponhisos para a desposa e será procedida de justificación do can-ciolamente e de referor das dodações, nos termos da 1,6 nr. 4 3.20%, no de-suplemente de preferor das dodações, nos termos da 1,6 nr. 4 3.20%, no de-suplemente para de de-suplemente para de de desponhisos de combilir la limite no de-largega a Serviza de créditos Comprementes Facial e de Begindines de combilir la limite no de-largega a Serviza de créditos

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO escolas e construção de novas unidades prin

a). Reformer a Constnuir sempre que possivel novas creches no âmbito munic () Dar maior amplitude ao processo de informatização da rede mun

nular sempre que possível o ingresso de nossos estudantes nas Universi-elhadas objetivando melhor qualificação de nossos municipes, desde que ntes constitucionais perimentes a aplicação de recursos na educação no ol
monover a capacitação dos Profissionais da Educação, organizando cua
improsenciais o a distância para a formação confinuada de professo
pestores da rede municipal
por a o pesto de emocratica através do oferecimiento de infraestru
supul sura o correto funcionalmento dos conselhos relacionados á educa
de conselhos relacionados a conselhos relacionados á educa
de conselhos relacionados de conselhos relacionados a conselhos
de conselhos relacionados de conselhos
de conselhos de conselhos de conselhos de conselhos de conselhos
de conselhos de conselhos de conselhos de conselhos de conselhos de conselhos
de conselhos de conselhos

VIT-CUSTANES CARGOS, Camerais e Remunerações:

A) Tinoidementaçõe e dirista de programa columisi;

b) Promove semere que possiva a Dividação dos Eventos de curho Cultural

Municipa nos diversos meios de comunicaçõe.

(c) Difutor de resistancia de comunicaçõe.

(d) Difutor de resistancia de comunicaçõe.

(e) Difutor de resistancia de comunicações.

(e) Difutor de resistancia de contracia de comunicações.

(e) Difutor de resistancia de resistancia de resistancia de resistancia de contrações de adultações e Porto, esta porto de comunicações e como comunicações de resistancia de contrações de defendes facilistancia de contrações de comunicações de comunicaçõ

§ 20 As denominações e unidades de medida das metas do projeto de lei da anual noteen-se-ão pelas otilizadas na lei on plano pluramual relando no co arrigo, não obstante a Admiristração Nancipula poder desede que disponibilizados os flumano e material processións, defer amalicizamente, as metas e prordicidade de medida ou equiralemente, de modo a que a sposa mehor avallar as politicados de medida ou equiralemente, de modo a que a sposas mehor avallar as politicados de medida ou equiralementa de modos que a sposa mehor avallar as politicados de medidas, programas, adredices e profesios, através da alta proprio, do Poder Ex

§ 3.º Poderá ser procedida à adequação das metas e prioridades de que trata o "capur" desta arrigo, se durante o persola electrica valva electrica de electrica del cristica de electrica del confidor adricionais conridos, devendo tais medidada constar do PPA – 2022 – 2025.

§ 5.º O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Duas Barras relativo ac-cio de 2022 buscará atender aos princípios da justiça social, do controle social, de aráncia na elaboração e execução do orçamento e da economicidade.

§ 6.º O Poder Executivo poderá a qualquer tempo, proceder a ajustes nas m s estabeleccidos no PPA – 2022-2025, em razão da necessidade de inserção ojetos e atividades no Orçamento em vigor, de modo a assegurar a compatib CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art.3.° - Integra esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, estabelecido para o próximo, o, em conformidado com o que dispõem os §§ 1,° e 3.° do art. 4.° da Lei Comple n.º 101, de 4 de maio de 2000.

 $\frac{5}{2}$ a Λ avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior cuas tres exercícios anteriores fazem parte da presente lei em conformi



os Demonstrativos II – Avaliação das Metas Fiscais do Exercicio Anterior e III – Metas Fis cais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.

Art.4.* - Estão discriminados em anexo que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde alo avallados os passivos contingentes e outros riscos capazas de afetar as contas obblicas.

De Estrutura e Organização dos Organizaçãos dos Organizaçãos dos Organizaçãos dos Experimentos de Companidação dos adois Que comortização dos objectos presendos, sucha organização da apido governatização dos objectos presendos, sucha organização da apido governa experimentos de organização da apido governa experimentos de establicações no plazo plantamia. Propriemas envivandos um consplanto de operações que ser alicitargos o objectos de um pro-granas, envivandos um consplanto de operações que ser alicitargos o objectos de um pro-granas, envivandos um consplanto de operações que ser alicitargos da esção de promiseros. Ser que ser a consplanto de ser a conspla

Art. 6° - A LOA – Lei Orçamentária Anual conterá
I – O OF – Orçamento Fiscal:
III – O OR – Orçamento de Investimento;
III – O OSS – Orçamento da Seguridade Social.

§ 2o: Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2022 serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plu rianual não se constituíndo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1o Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso. Il deste arispo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e pará-grafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

V - demonstrativos de investimentos:
V - demonstrativos de investimentos:
V - de nocesta arrecacidad nos três últimos exercícios anteriores aqui
V - de nocesta arrecacidad nos três últimos exercícios anteriores aportes
V - de nocesta prevista para o asercicio em que se elabora a proposit
VIII - de nocesta prevista para o asercicio a que se entre a proposit.
VIII - de nocesta prevista para o asercicio a que se entre a proposit.
X - de despesa finadad nos arrecicios incesimente elabora a proposit.
X - de despesa finada para o exercicio a que se refere à proposit.
A de destinados a recessidos de previonados facel de despondes fos

FI: 02
VI – se disposições sobre a Receita e as posalveis alteraçõe do Municipio para o exercício correspondente;
VII – as disposições relativas as Transferências Voluntárias;
VIII – as disposições finais;

Art. 2° - A LOA – Lei Orçamentária anual de 2.022 deverá estar compatibilizada as Phoriotádes e Matas destal Lei. 5 10 - As metas Riscias destilhadas para o exercicio financeiro de 2022 estarão ciadas na forma descrita no notico 1 do art. 1,000 em conformidade com a legislatação cobervando perferencialmente as explicites princitades en um excopo internetical companios de la companio de companios de companios productivos en um excopo internetical para companio de companios de

dos organesidos de Municipio para o seercicio de 2.022, comprendendo.

L. as Providente e sa Massa de Animensação Pública Municipia para o Esercicio Financia do 2.022 code se disprende que, neste exercicio, espocificamente e exercicio municipia de como d

ia; IV – as disposições relativas à Divida Pública Municipal; V – as disposições relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Soc

vigante, discharmando preferencialmente as requirites priorisdese em um escopo almético:

I.— DESENVIQUENTO URBANO

Promover a manhorio da qualidade de vida e saúde da população, implementando as transferenciação e incentiva o transcentação e incentiva o como ambiente.

(a) Englava o promover ampror que posavel, através de um plamejamente verbirdação, condese exidada para a impliantação de prindica de prindica por a impliantação e produce de teras polícias por a impliantação periodor a incentiva o como entre entre extravel de prindica por a impliantação periodor a produce de como entre entre extravelação, condica por a manhardeção periodor do se predios de Administração Públicas, alterves de entre extravelação, con extravelação dos predios da producidada e producidada de producidada e producidada dos predios da repulsação dos predios da producidada dos predios da extravelação dos predios da producidada dos predios da extravelação dos predios da producidada dos predios da extravelação com a segunda cara como da caracidada preventiva e emergensidas de acondo com a segunda caracida extravelação dos predios da producidada com a segunda caracidada com a destina da caracidada com a destina da caracidada com a destina da caracidada de caracidada de caracidada preventiva e emergensidas de acondo com a segunda caracidada com a destina da caracidada de caracidad

ração dos espaços públicos:
f) Buscar prover a população com a segurança necessária, através de me-reventivas e emergenciais de acordo com o decreto n. 8.376 de 17/02/2005 do 1 Nacional do Delesa Civil.

FI. 0.3

Promover a recuperação e parimentação de estradas vicinais visando o portuguido mode de Mandajos a nocertivar proju em a companio a produção mode de Mandajos a nocertivar proju em a companio de compani

Renda): Combater a exclusão social, através de articulação de políticas públicas das, promovendo acões de caráter preventivo, assistencial e protetivo e de integra-do grupos em situação de ricco alou vulnerabilidade social.

§ Realizar eventitos com enfloque esportivo com parceria entre as diversas

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

Art, 15° - Na programação da despesa, não poderão ser tejam definidas as fontes de recursos.

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



O Popular

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras





I – Publicação, pelo Poder Executivo, de normas gerals ou especiobservadas na concessão de auxilios, prevendo-se diáusada de reversão nivido de linalidade, sendo que, no caso de loi especifica, tais normas poderár no corpo da respectiva lei que autoriza a subvenda ou auxilio a poderár no corpo da respectiva lei que autoriza a subvenda ou auxilio a poderár no corpo da respectiva lei que autoriza a subvenda ou auxilio a poderár no corpo da respectiva lei que autoriza a subvenda ou auxilio a poderár no corpo da respectiva lei que autoriza de subvenda de considera de co

- FI: 015 II tiverem sido completadas as despesas de consei
- III Increm perfeitamente deficiés aux en umprases de conservação de parimé.
 IV en recurson adecados violablamente a conclusião de uma despo cui, se unidade completa, condiciando esta conclusião de uma despo cui, se unidade completa, condiciando esta contrapardicia autoplato parado incursos fiderais, estaducia ou de opérações de ordenio recursos fiderais, estaducia ou de opérações de ordenio parado de obre o percentantal devorto no Anacia de Martes Fiscani, deserá que nidad comunidad de obre o percentantal devorto no Anacia de Martes Fiscani, deserá que nidad estados estados estados estados estados de considerados de considerad
- § 1.º As obrass em andamento e a conservação do patrimênio público terálo pri sobre os projetos novos na alocação de recursos orgamentários, salvo projeti-mados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, em co-ado com o disposto no art. 4 3 da LTF o na forma descritá em Anexo a presen-sado com o disposto no art. 45 da LTF o na forma descritá em Anexo a presen-
- § 2.º O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Log sietivando o atendimento ao disposto no art. 45 da LRF.
- § 3.º Entende-se como despesas de conservação do patrimônio das em conformidade com as metas describas no PPA para o per as prevideos a serem materializadas nas diversas dospetas orças cossariamente à conservação dos bens de uso comum (praças, sereitos e furia-estrutura em garal), bem como aquales referentes à or municipais (prédicto, terrendo, unidveis em gensi de municipalida
- Art. 17° Nos casos de despesas de duração continuada, a que se refere o art.16 ta lei, também deverão ser obedecidas às disposições contidas nos art.16 e 17 a seus ágrafos da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- § 1º: A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Ca
- I ESTIMOF Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, Instruída pelas s Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas, no Exercício em que deva entrar

- IV MC Medidas de Compensação, nos Periodos Seguintes, to de Receta ou pela Redução Permanente de Desposa; V Adequirção Orgamentaria e Financiara com a LOA; VI Compatibilidade com o PPA Plano Plurianual; VII Compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçan

 - § 2º. A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter C recutados antes da implementação de:
- Comprovação de que a Despesa Criada ou Aumentada não afetará as l uticulos Primaino e Nominal;
 Mo Mecidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento de Roccita ou pela Redução Permanente de Despesa;

- § 2º As entidades privadas beneficiadas com recurso en título, submeter-se-ão á fiscalização do Poder Público sumprimento de metas e objetivos para os quais receberar
 - § 3º Sem prejuízo da observância das condições estab

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GARINETE DO PREFEITO

- R: 017 entidade beneficiada, mesmo que de forma sintética. II – identificação do beneficiário e do valor transferido no r
- § 4* A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá esta definida em lei especifica, podendo ser regulamentada por ato próprio do Poder Execu-tivo.

- Art. 21° A Lei Orçamentária conterá dotação para re constituída exclusivamente com recursos do orçamento facal, da recetta corrente liquida consolidada, prevista para o exerci-no a stendimento de passivas contingentes e outros riscos e ex-
- Art. 22º O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática e na Gestão Fiscal possa atingir a sua Finalidade que é o Equilit as, deve estar voltado para:
 - § 1º Através de Ação Ptar entre Receitas e Despesas:
- § 2º Mediante Prevenção de Riscos e Co to que tange a:
- Renúncia de Receila; Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Soc Outras; Dividas Consolidada e Mobiliária; Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Rec

- O; Concessão de Garantia; Inscrição em Restos a Pagar
 - FI: 018

CAPÍTULO IV Das Disposições Relativas à Divida Pública Municipal

- Art. 23º A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despes y de debitos refinanciados, inclusive com a previdência social e/ou Instituto pre-tidades de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya del companya de la compa
- Art. 24° A elaboração da Lei Orçamentária deverá prever mecanismos movam a recondução da divida consolidada do Município aos limites a serem el dos pelo Senado Federal, nos termos do estabelecido no caput do art. 31 da Lei mentar n° 101 de 04 de mailo de 2000.

- § 2º A contratação de operações de crédito dep
- Art, 26º A Lei Orçamentána poderá autorizar a realização de operações to por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da lei mentar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- Art. 27º A Administração Municipal deverá procede dívida contida no passivo permanente, utilizando preferencia IPCA, ou um outro a ser definido pela autoridade tributária co

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Er

Pág. 13 lar

Carmo, 28 de Julho de 2021



Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO



Parágrafo único, As metas bimestrais de realização de reco no mesmo prazo do "caput" deste artigo e nos termos das determis art. 13 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 46° - Em razão de eventuais descontinuidades de politi-tivo poderá enviar mensagem reavaliando os parâmetros rel-razo de que trata o § 5.º do art. 166 da Constituição Federal

FI: 026

Art. 50° - O município poderá auxiliar o custei tado medianto a celebração de termo próprio, ipal, bem como a existência de recursos sas ultrapassar o limite estabelecido nesta Lei a corrente liquida destinada à reserva de contin

Art. 51° - Se o projeto de lei orçamentária não for aj 2021 sua programação poderá ser executada, até a public

5 2.º Não será interror

Art. 52° - As emendas ao projeto de lei de orçamentária pi tos de lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, devem atent

§ 2.º Indicarem os recu

§ 3.º Estarem nece

a) com a correção de erros ou omissões; ou
 b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Art. 53* - As emendas ao projeto de let de orçamento anua ninda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de proutras despesas entre de composições destinadas ao pagamento de proutras despesas para a composições de composi



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

Municipal de Duas Barras

Art. 28° - No exercicio financeiro de 2022, as despesas com pessoal dos Poderes tivo a Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei ementar nº 101, de 04 de Maio de 2.000.

FI: 019
Art. 29^a - O Executivo poderá encaminhar projetos de Lei visando à revisão to de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, bem como adramento de cargos e funções, de forma a:

un reseno, motivando o permanentemente na busca total de questione a vinças social.

Proporcionar desemvelvemente professional des servicions municipals, attravés grantes de trainment dos recursos humanos.

III. Proporcionar desemvolvimento pressoal dos serviciones municipals attravés de mans informativos, descivacions e culturals.

IV. Maiborar as condições de trainbilo, especialmente, no que concerne à saudo, prejo o traisitivo e plantes informativos de informativos de compresos de considerador de compreso de considerador de compresos de considerador de considerador

endores:

II. A Crisção e a estinção de cargos públicos, bem como a criação, extinção e altesção da estrutura de carreiras;

III. Proviemento de cargo em conformidade com as necessidades da Administrado Municipal, atraves da realização prévia de concurso público, respellando-as sampre
a sirtuações e o poder discricionários proparte de ente público interentes aos cargos em

I. Otimizar a imagem pública do servidor municipal, reconhe trabalho, motivando-o permanentemente na busca total de

Parágrafo Único - Observadas as disposições o oderá encaminhar projetos de Lei visando: A concessão , absorção de vantagens e

ao.
 IV. Provimento de cargos e contratações de emergidada a legislação vigente.

Art. 30º - Observadas as disposições contidas no art. 28, o Le ncaminhar projetos de Lei ou deliberar sobre projetos de resolução, or sando à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de ca alanos, incluando:

II. A criação e a extinção de cargos públicos, bem o

Art. 31º - A criação ou ampliação de cargos priores, atenderá aos seguintes requisitos:

FI: 020

Matérias Oficiais da Prefeitura





§ 1º - A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Ber

Estar Acompanhada de Estimativa do Impacto Orçamer

cio em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes;

entiaria Anual e de que não afetará as Metas de resumente entendente entres Organeniárias.

Se para Arganeniárias de Medidas de Compensação, Exercício em que deva sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, meio do Aumento de Receta, proveniente.

§ 2º - a execução das despesas de que trata o parágrafo anterior, ficará o ada à aprovação das alterações propostas para a legislação tributária.

Artigo 35o - Transferência Voluntairia é o Recebimento de Recursos Correntes apital de outro Ente da Federação, a Titulo de Cooperação. Auxilio ou cida Financeira, que não decorra de Determinação Constitucional, Legal ou or los ao Sistema Unico de Saúde.

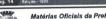
Artigo 36o - A Transferência Voluntária por

a) que se acha em dia quanto ao Pagamento de Tributos, Empréstimos e Finan-tos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à Prestação de Contas de Re-anteriormente dele recebidos;
 b) cumprimento dos Litrilles Constitucionais relativos à Educação e à Saúde;

IV - Observância dos Limites das Dividas Consolidada e Mobiliária, de Operaçõ

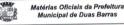
Carmo, 28 de Julho de 2021

Påg. 14 Ediçán - 1925



V. Serão nulos de pleno direito os afos que provoquem aus pessoal conforme exposto no art. 21 da Lei Complementar nº 1011 N. Se a despesa total com pessoal utirapassar os limites 22 e 23 da Lei Complementar nº 101100, providenciar de imedial ajuste estabelecidos na reforânda Lei:

CAPÍTULO VI osições Sobre a Receita e Possíveis Alterações na Leg





VABINETE DO PREFEITO

Parligneto Unico - As emendas quando de sua proposis eletivadas desde que atendido so dispositivos describos no art. posto na Lai Federal nº 4.20044. Considerando a necessidade de filicadeias e positivos comprovações de erros e inconsiderados suportar a realização das respectivas emendas em conformidad 2 da presente las. ição somente deverão ser t. 166 da CF/88 c/c o dis-de apresentação das jus-s materiais que pudessem de com o disposto no art.

Art. 54º - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Piurianual, às Diretri-gramentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adeiconais enquanto não iniciadi-cido, no tocante às partes cuja abarcação é proposta.

Art. 55° - Os créditos especiais e extraordiná

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS
GABINETE DO PREFEITO
ses do exercicio, poderão ser reabertos no exercício sub
Poder Executivo.

Art. 56° - O Poder Executivo Municipal está sutorizado a assinar convênios co Governo Federal e Estadual através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indi-para a realização de obras ou serviços de competência ou não do Municipio.

Art. 57º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação osições em contrário.

Duas Barras, 01 de julho de 2.021. Dr. Fabricio Luiz Lima Ayres Prefeito

Predudura Municipal de Dissa Barras Estado do Rio de Janeiro Provinces for de Jestes Valores Conscilidados 64.YN.I 8.818.2 K 753.5 66,931,4 DESPESA TOTAL \$7,678.0 72.293. 05,449.0 86,572,8 5,597,1 275.0 D. RESULTADO PRIMÁRIO (G. (AZ + BZ) 214,4 2.799.7 3,075.3 Z-MEJ-1 -0.001200m -10.400.F

				Execução 1	%	Reci	ursos priorizado	s para :	2021
Identificação dos Projetos	Data de início execução	Valor do Projeto	Exercicio anterior		A executar em 2021	Projetos em execução	Conservação do patrimonio	Novos	Projetos
Contrato de Repasse nº 03703137-53/ 2011 Ministério da Cidadanía - Estruturação de rede de proteção Social Básica - Construção de Centro de Referência da Assistência Social - CRA Social - CRA	mar/14	R\$ 380.284.66	80,00%	10.58%	10.58%			R\$	380.284.6
Devolução - Convinio - 2907/07 - FNS - Reforma do Hospital				1				R\$	765.484.8
Devolução - Convênio - 743/07 - FNS - Ampliação do Hospital								R\$	429.204,4
REFORMA - RODOVIÁRIA - MONNERAT		R\$ 1,600,000,00			100%		,	R\$	1,600,000,0
Aquisição de Retroescavadeira - Trator		R\$ 800,000,00			100%	<u> </u>	<u> </u>	R\$	800.000,0



Matérias Oficials da Prefeitura Municipal de Duas Barras



de Crédito, inclusiva por Antecipação de Receita, de Inscrição Desposa Total com Pessoat: V - Previsão Orgamentária de Contrapartida: V - Não Utilização em Finalidade Diversa da Pactuada.

Artigo 37o - As Sanções de Suspensão de Transferências setas retativas a Ações de Educação, Saúde e Assistência

Capitulo VIII Das Disposições Finais

Art. 39o - A Despesa Objeto de Dotação Específica e Sufici-abrangda por crédito genérico, apresentaria adequação orçamentarias LOA - Lei Orgamentiafia Anual se somadas todas as despesas da mes-dias e a realizar, previstas no programa de trabalho, observando que r sados os limites estabeledicidos para o exercício. Art. 40o - A Despesa apresentará compatibilidade com o PPA – Plano Plurian er em Conformidade com as suas Diretrizes, os seus Objetivos e as suas Met

Art. 41o - A Despesa apresentará compatibilidade com a LDO - Lei de Diretrizer ntanas, se estiver em conformidade com as suas Prioridades e as suas Metas. An A2" - D Pode Executivo poderá estabelecer, através de docreto, sistema de en de critars e de verificação das ações de governo, fondo en vista minimate des en de critars e de verificação das ações de governo, fondo en vista minimate de destabal na trocarcia (imminimate de critars), en actual de construcción de la decidade na trocarcia (imminimate de critars), en actual de la decidade na trocarcia (imminimate de critars), en actual de la decidade na trocarcia (imminimate de critars), en actual de la decidade na decidade de critars de critars de la decidade na decidade de critars de critars de la decidade de la decidade

 $\rm F1.024$ $\rm n^o$ 8.666/93, devendo o controle dos custos das ações desenvolvida Municipal obedecer ao estabelecido no art. 50, parágrafo 3º da LRF, Pulsagalo Linco. Os custos seño acumento por su pregisto o a UP.

Pulsagalo Linco. Os custos seño acumento acumento provincio propulso comendados, comisiones por bato as motas fiscala provistas nas planhas das desposas e nas enas entres fiscas residentes a puntesas no final de osercicio, en condemidado com o estrá e da LEF. Cos programas priorzados por esta Lei e correspidado con Plano Plustanad, a un indigerem a Lei Occimentario de 202 caralle objeto de las desposas, comiginados con comiginados comig

Art. 43° - Para os efeitos do art.16 da Lei Complementar nº 101, 04 de maio de , entende-se como despesas sretevantes, para fina do § 3º, aquelas cujo valor ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 1,1993.

Paragrafo Único. Ocorrendo a Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoame Ação Governmentei que Acierteta Aumento da Despissa firefevarente - hão será ne río apresentar a ESTIMOF - Estimativa do Impacto Orçamentário-

Financeiro, Instruída pelas PMCUs - Premissas e Metodología de Cálculo Utiliza-tas e a DOD - Declaração do Ordenador da Despesa. Art. 44° - Notadamente, tendo em vista os dispositivos elencados ríor, em conformidade com o art. 16 da Lei. Comptementar nº 101. de 04. 2.000, enlende-se como despesas relevantes, aquelas cujo valor seja supe-o serviços, aos intries dos incisios i el 10 da rt. 24 da Lei nº 6.6661 (93).

§ 1º - A Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoamento de Ação Go PROJETOS - que Acarrete Aumento da Despesa Relevante será sempre acompanhado de:

a) Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA - Lei Orçamentár Anuel:
b) Compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual: Compatibilida
LDO - Lei de Diretrizes.
c) Compatibilidade com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - As Despesas de Aperfeiçoamento de Ação Gr n Classificadas em 02 (dois) Grupos: I - O GDR - Grupo das Despesas Relevantes: II - O GDI - Grupo das Despesas Irrelevantes.

FI: 025

Ari. 45º - Alé trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo es-cerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

I – abalicação da planta genérica de valores do município;
II – revista ataulização ou seleguação da legislação sobre limposto Prediat e Ter
Haran, suas aliquista, forma de acticula, condições de pagamento, descortica es, industrie com relaçõe à progressividade deste imposto;
III – institução de taxas pela prestado de serviços, com a finalidade de custea se especialos e divistives, colocados á disposições de populações.

"V. – Revaldo a disposiçõe do imposito potre serviços per a divisidade de custea de projetos potre serviços de Qualquer Na

V – Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de novers e de Direitos Reais sobre Imoveis;
 VI – Revisão da legislação sobre as Taxas pelo exercício do poder de polícia ad

menetativo:
VII — Revisão alou implementação de isenções dos tributos municipais, para man
ter o intenses público e a justiça fiscal.
VIII — Concessão de incentivos fiscale ou cucino mecanismos tributários que per mitam o alendemento des destretas ou cucinos de concessão de concessão de incentivos de concessão de incentivos de concessão de c

FI: 022

a) demonstração de que a Renúncia foi considerada na de Receita da LOA - Le ntaria Ancial o de que não afetará as Metas de Resultados Fiscais Previstas na Le

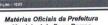
- - - § 1° as receitas estimadas na forma do caput de pesas detalhadas por projetos e atividades.

Capítulo VII Das transferências voluntárias

I - Existência de Dotação Específica:
 II - Não Utilização para Pagamento de Despesas com Po

III - Comprovação, por Parte do Beneficiário, de:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO



Parágrafo Único: Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em d

Edição - 1025 Pág. 17

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras

STADO DO RIO DE JANEIRO REFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS ABINETE DO PREFEITO



Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DO DUAS BARRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO II
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
DO EXERCÍCIO DE 2020
LRF, art. 4:22°, incliso I

LRF, art. 4 ,92 , inciso i	R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	2020
Lon ton ton to	meta
Receita Total	64.130,99
Receitas Primárias (I)	62.998,39
Despesa Total	58.599,90
Despesas Primárias (II)	58.411,90
Resultado Primário (I-II)	4.586,49
Ressultado Nominal	1.970,40
Dívida Pública Consolidada	2.697,90
Dívida Consolidada Líquida	-9,324,10
Dívida Fiscal Líquida	-9.324,10

MUNICIPIO DE DUAS BARRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAR FISCAIS
DEMONSTRATIVO IL
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ANUAIS DE
2019, 2039 E 2021,
ET., et. 4°, 22°, Indiao II

		R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020
Eur Eur institut	meta	meta
Receita Total	61.529,40	67.530,10
Receitas Primárias (I)	56.212,00	62.322,00
Despesa Total	53.692,70	62.397,20
Despesas Primárias (II)	53.692,70	62.102,50
Resultado Primário (I-II)	2.519,30	219,50
Ressultado Nominal	-2.813,20	-358,60
Dívida Pública Consolidada	1.547,30	2.265,40
Dívida Consolidada Líquida	-10.569,60	-5.236,20
Dívida Fiscal Líquida	-10.569,60	-5.236,20

	R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	Metas 2021
Receita Total	65.774,50
Receitas Primárias (I)	60.701,80
Despesa Total	60.775,10
Despesas Primárias (II)	60.457,40
Resultado Primário (I-II)	244,40
Ressultado Nominal	-402,30
Divida Pública Consolidada	1.641,50
Dívida Consolidada Líquida	-6.310,20
Divida Fiscal Liquida	-6.310,20

Todos sabem como evitar. Vamos agir.

O Popular

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras Municipal de Duas Barras ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

REFEIIO	GADINETE DOTTE ETT				
Despesas de Capital	16,6	6.1	48.2		
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.584,4	4.207,8	4.851,4		
Pessoal Civil	3.584.4	4,207.8	4,851,4		
Pessoal Militar					
Outras Despesas Correntes					
Compensação Previd. De aposent. RPPS E RGPS					
Compensação Previd. De pensão. RPPS E RGPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (E)	3.975,0	4.620,9	6,324,3		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	(593,2)	2,556,8	(3.558,7)		
DISPONIBILIDADES FINANCIBRAS DO RPPS	36.877,6	44.808.6	46,092,3		

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VI.1 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

	REPASSE	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVIO.	RESULTADO PREVIO.	SALDO
EXERCÍCIO	CONTRIB. PATRONAL (a)	Valor (b)	Valor (c)	Valor (d) = (a + b -c)	FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2020	0.0	5.398.9	1.002.5	4,396,4	46.307.3
2021	0.0	5,539,2	1,247,0	4.292.2	50.599.5
2022	0.0	5.714.9	1,427.9	4.287.0	54.886,5
2023	0.0	5.842.5	1.601,5	4.241,0	59.127,6
2024	0.0	5,989,8	1.781,4	4.208,4	63.336,0
2025	0.0	6.114.7	1,979,4	4.135,3	67.471,3
2026	0.0	6.253.7	2.178,1	4.075,6	71.546,9
2027	0.0	6,343,1	2.398,6	3.944,5	75.491,4
2028	0.0	6.441.3	2.632.1	3.809,2	79.300,7
2029	0.0	6.527,3	2.883,2	3.644,1	82.944,7
2030	0.0	6.596,3	3.115,4	3.480,9	86.425,5
2031	0,0	6.690,4	3.310,8	3.379,6	89.805,1
2032	0.0	6.735,9	3.498,5	3.237,4	93.042,5
2033	0.0	6.785,5	3.682,8	3.102,7	96.145,2
2034	0.0	6.825.2	3.890,1	2.935,1	99.080,4
2035	0.0	6.859,9	4.088.7	2.771,2	101.851,6
2036	0,0	6.883,9	4.259,2	2.624,7	104.476,4
2037	0,0	6.920.9	4.388,7	2.532,2	107.008,6
2038	0.0	6.956,2	4.474.9	2.481,3	109.489,9
2039	0,0	6.892,1	4.523,6	2.368,5	111.858,3
2040	0.0	6.948.7	4.535.9	2.412,8	114.271,2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS BARRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS
ANDES DEMONSTRATIVO VIII
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CAP
2022

LRF, an. 4", \$2", inciso V	Valor Previeto - 2022
Aumento Permanente da Receita	4.971.6
(-) Transferências Constitucionais	The second secon
(-) Transferências ao FUNDEB	535,3
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (1)	4,436,3
Redução Permanente de Despesa (II)	LO SE CONTRACTOR CONTR
Margem Bruta (III) - (1+II)	4,436.6
Saldo Utilizado (IV)	3.771,3
Impacto de Novas DOCC	3.771.3
Margem Liguida de Expansão de DOCC (III - IV)	665.5

Pág. 16 £01050 - 1025

Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS **DEMONSTRATIVO IV** EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMONIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	0,0
Patrimônio/Capital	50.968.52	100,00%	49.126,28	100,00%	45.993,81	100,00%
Reservas		0.00%		0.00%		0,00%
Resultado Acumulado		0.00%		0.00%		0,00%
TOTAL	50,968.52	100,00%	49.126,28	100,00%	45.993,81	100,00%

ANEXO DE META PIBANO DEMONSTRATIVO V RIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2022

LRF, art. 4 ¹ , 62 ⁴ , inciso III			PG minares
RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL Receita de Alienação de Alivos Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis	0	45 0 45	0
TOTAL (1)	O	0	0
DESPESAS UQUIDADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS Investimentos Inversões Financeciras	45	o	0

DESPESAS CORRENTES DO RPPS TOTAL (II) SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (III) - (I - II)

IRF.ar.4.1.5.2", roteo IV, alvira a
RECETAS CORRENTES
RECETAS CORRENTES
Pessoal Civil
Pessoal Millor
Outras Contribuções Previdênciárias
Compensaçõe Previdênciárias IONIQUE DE MONTES PER LE PROPERTIES DE L'ANTRA RECRISE DE CAPITAL META RECRISE DE L'ANTRA DE L'ANTR Pessoal Militar

REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT

TOTAL RECEITAS PREVIDENCIARIAS (1) 3.301.6 7,179.7 1,766,6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS IISTRAÇÃO GERAL

Pág. 18 Ediçan - 1026 O Pop

Matérias Oficiais da Prefeitura

Municipal de Duas Barras



Matérias Oficiais da Prefeitura Municipal de Duas Barras



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS GABINETE DO PREFEITO

Atualização da Legislação Tributária e incremento di Fiscalização, bem como a divulgação para conscientização da população local e empresas Atualização da Leoialação Tributária e incremento di ESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS IPTU* TOTAL
FONTE: Secretaria de Fazenda

- Valvana, + multas e juros dos tributos.

(Art. e. Parligane) 7, de las Complementars y 18 de 0460-25000

Evennais passivos contingentes e curvos riecos fiscais, serán atendados pela Reserva de Contingentica, cujos recursios serão abecados na Lei Orçamendaria amad.

Conforme disposato no art. 4º, parligardo 3º, da Lei Complementar n. 101.00 o Aneco de Risos Fisicais comprendes que apasivo contingentes o untros riecos fisicais capararse de afetar as contas publicas.

Nese contesta durem artícular de partir de contra partir de contra de la contra rieco fisicais capararse de afetar as contas publicas.

Nese contesta durem artícular de partir de contra partir de contra positividad por podem acurarte mamento di despersa pública, sem pregiato, fodársis, do disposato no art. 100 da CFAS. Ostrossim, a possivir financia, de arrecladado neclução de determinado ecreta prevista que posas afetar o resulhado pectualdo, arcidado a modinosa brotaca e reperitais as a ficultos, cuberdos a municipio deture curvos procedimentos, a utilização de mecanismos de correção de possivicia desvisa, objetivando o restabelecimento de especialmo resumentos e financieros do masen. No ecorrêtica de tas seventos. Os Manicipio precederá o contingenciamento de despesa, atraves da finitação de ponterrormente as deciminadas ao cuatros, alem de utilização da reserva de contingideis conforme previsto na legislação que regula a matéria.



TEL.:(22) 2537-2292 CHACARÁ DO BARRO BRANCO, SIN° CENTRO - CARMO - RJ - CEP: 28.640-000 E-MAIL:laticiniodacosta@yahoo.com.br

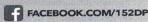
SEPOL/SSPIO/ DGPI/7DPA/152DP DUAS BARRAS - RJ



ÍCIA CIV EM DEFESA DE QUEM PRECISAR

AJUDE A 152° DP A COMBATER O CRIME DE NOSSA CIDADE O ANONIMATO É GARANTIDO

22 9 8831 8030



REGISTRE | DENUNCIE | PARTICIPE



Duas Barras, 08 de abril de 2021.

Mensagem n° 005 /2021.

Exmº Sr. Vereador Jander Raposo da Silveira DD. Presidente da Câmara Mun. de Duas Barras.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Egrégia Casa de Leis, o anexo projeto de Lei Municipal que dispõe sobre as Diretrizes e Metas das Prioridades Administrativas, incluindo as Despesas do Exercício Financeiro de 2.022 (L.D.O) do Município de Duas Barras.

A matéria em questão, baseia-se em preceito legal, determinado pela Constituição Federal.

Visto o feito, encaminhamos a Vossa Excelência o presente para aprovação desta Egrégia Casa de Leis.

MUNICIPIO DE DUAS BARRAS Fabricio Luiz Lima Ayres

Atenciosamente,

Dr. Fabrício Luiz Lima Ayres

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE DUAS RABBLE RI
JORGE LUIZ DE OLIVEIRA
JORGE LUIZ DE ASS. LEGISLATIVOS
DIRETOR DA DIV. DE ASS. LEGISLATIVOS
PORTARIA N.º 002/2021

14/04/2/2/

Praça Governador Portela, 07 - Centro - Duas Barras - RJ CEP: 28650-000 | TEL: 22 2534 1212

EMAIL: prefeitura@duasbarras.rj.gov.br | faleconosco@duasbarras.rj.gov.br

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LDO 2022



ASSINATURA DO PRESIDENTE

APROVADO EM VOTAÇÃO
APROVADO EM VOTAÇÃO
APROVADO EM VOTAÇÃO
APROVADO EM VOTAÇÃO

SCUSSÃO

0 1 JUL 2021

PROJETO JOIS MARECHAL
SALA DAS SE ALENCAR CASPILORS AND A
HUMBERTO DE ALENCAR CASPILORS

,de 14 de Abril de 2.021.

APROVADO EM

ASSINATURA DO PRESIDENTE

2 4 JUN 2021

REDAÇÃO INICIAL

SALA DAS SESSÕES MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO

Estabelece as Diretrizes para as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal, Incluindo as Despesas de Capital, Orientando a Elaboração da Lei Orçamentária, Dispondo sobre as Alterações na Legislação Tributária, para o Exercício Financeiro de 2.022 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1° - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade ao disposto na Lei Complementar nº 101/00 – LRGF – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2.022, compreendendo:

I – as Prioridades e as Metas da Administração Pública Municipal para o Exercício Financeiro de 2.022; onde se depreende que, neste exercício, especificamente e excepcionalmente, as metas físicas referentes ao exercício em comento estarão especificadas tão somente quando da elaboração e apresentação do PPA-Plano Plurianual de Investimentos para o período 2022-2025, na forma da legislação vigente, o que deverá ocorrer ainda no exercício de 2021; por conseguinte as respectivas metas físicas a serem descritas no PPA-2022-2025, mais precisamente aquelas inerentes ao exercício financeiro de 2022 deverão guardar simetria com as prioridades e metas descritas na presente lei, demonstrando em termos quantitativos e em unidade de medida, além de monetários as metas consignadas no citado PPA-

II – a Estrutura e Organização dos Orçamentos;

III – as Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município, a Responsabilidade na Gestão Fiscal e os aspectos relevantes da Receita e da Despesa;

IV – as disposições relativas à Dívida Pública Municipal;

V – as disposições relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais;

VI – as disposições sobre a Receita e as possíveis alterações na Legislação
 Tributária do Município para o exercício correspondente;

VII – as disposições relativas as Transferências Voluntárias;

VIII – as disposições finais;

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º - A LOA – Lei Orçamentária anual de 2.022 deverá estar compatibilizada com o as Prioridades e Metas desta Lei.

§ 1º - As metas físicas detalhadas para o exercício financeiro de 2022 estarão evidenciadas na forma descrita no inciso I do art. 1º, em conformidade com a legislação vigente, observando preferencialmente as seguintes prioridades em um escopo sintético:

I - DESENVOLVIMENTO URBANO

- a) Promover a melhoria da qualidade de vida e saúde da população, implementando as transformações no cenário urbano, através da elaboração de políticas municipais de habitação, saneamento e preservação do meio ambiente;
- b) Implementação e intensificação de programas, conjugando ações nas áreas de pavimentação, iluminação pública, limpeza urbana, manutenção e recuperação de áreas públicas e transporte público;
- Promover sempre que possível, através de um planejamento estratégico, ações voltadas para a implantação de uma infra-estrutura rodoviária que atenda as necessidades do Município, compreendendo as zonas rural e urbana;
- d) Promover a manutenção periódica dos prédios da Administração Pública, através de reforma e revitalização;
- e) Implantar programa municipal de revitalizações urbanas, que terá como missão a requalificação dos espaços urbanos e a recuperação de áreas degradadas, objetivando a priorização dos pedestres, os equipamentos urbanos de qualidade, a acessibilidade, a mobilidade urbana, melhorias na infraestrutura de transporte, a arborização e a socialização dos espaços públicos;

f) Buscar prover a população com a segurança necessária, através de medidas preventivas e emergenciais de acordo com o decreto n. 5.376 de 17/02/2005 do Sistema Nacional de Defesa Civil.

II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

- a) Implementar políticas de desenvolvimento que possibilitem o incremento das principais atividades econômicas do município;
- b) Promover a recuperação e pavimentação de estradas vicinais visando o escoamento da produção rural do Município e incentivar programas de melhoria de produtividade, além de modernização das atividades e qualificação da mãode-obra;
- c) Incentivar e fomentar as atividades agrícolas, de modo a promover o desenvolvimento do setor, consideradas suas potencialidades e os consideráveis reflexos financeiros que representam para a economia do Município, ao mesmo tempo em que se buscará promover ações de investimento técnico no setor, mormente, o trabalho de consciência sócio-ambiental de desenvolvimento sustentável e de aprimoramento técnico do homem do campo, com cursos de capacitação e demais orientações de ordem profissional conexas às atividades;
- d) Estimular a produção e comercialização da produção local, através da realização de feiras e exposições;
- e) Promover ações que visem necessariamente a utilização racional dos Recursos Naturais Renováveis;
- f) Incrementar a atividade turística, principalmente o turismo ecológico, investindo na recuperação das áreas degradadas e na promoção de eventos;
- g) Integrar os Produtos Turísticos, com a criação de roteiros segmentados e diferenciados para diversos tipos de público, levando em conta fatores como a origem, o poder aquisitivo, o perfil psicográfico do visitante e a estrutura receptiva existente, assim como a possibilidade de melhorias e/ou ampliação através de novos investimentos;
- h) Estimular sempre que possível, como instrumento norteador de ações de combate ao desemprego;
- i) Promover Programas Sociais de assistência, com ênfase no atendimento de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência e em geral aos necessitados (Baixa Renda);
- j) Combater a exclusão social, através da articulação de políticas públicas e privadas, promovendo ações de caráter preventivo, assistencial e protetivo e de integração aos grupos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.
- k) Realizar eventos com enfoque esportivo com parceria entre as diversas Secretarias para ações em cidadania nos bairros mais carentes;
- Incentivar a implantação formal de micro e pequenas empresas e empreendedores individuais;
- m) Programas de intensificação e manutenção da segurança através de Guarda Municipal, com ênfase no policiamento comunitário;
- n) Incentivar a participação de exposições, congressos e palestras no âmbito da Ciência e Tecnologia e Inovação para a divulgação do Município e aquisição de conhecimentos:



- o) Promover estudos econômicos de criação de indicadores de conjuntura para o Município de Duas Barras de forma a subsidiar o estabelecimento de diretrizes socioeconômicas em conjunto com as instituições representativas no Município, Estado e Governo Federal;
- p) Incentivar e apoiar a atualização e a compra de novos equipamentos tecnológicos;
- q) Promover à integração com os Governos Federal, Estadual e com o Municípios da Região objetivando a implementação de políticas de desenvolvimento regionais;
- r) Incentivar a implementação de ações que busquem promover a autonomia econômica e financeira das mulheres;

III – ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- a) Implementação de ações que visem a maximização operacional dos procedimentos internos da Administração Municipal;
- b) Reforma Administrativa visando a adequação do Município aos novos preceitos elencados na Lei Complementar nº 101/00, e à agilidade nos procedimentos administrativos, necessários ao bom funcionamento da Máquina Administrativa e ao atendimento à população nas diversas funções de Governo, respeitando sempre aos dispositivos e limitações impostos pela referida Lei;
- c) A Administração Pública deverá sempre que possível, promover a melhoria e modernização de seus equipamentos e materiais permanentes em geral, de forma a garantir um bom atendimento à população através dos diversos serviços de competência municipal;
- d) Promover a capacitação e o treinamento de ao menos 10 % do quadro de servidores municipais.
- e) O aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas ao incremento das receitas próprias. Inclui-se a possibilidade de concessão de incentivos fiscais como forma de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, desde que tais iniciativas não sejam agressivas ao meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, considerando sempre o impacto de tais concessões no Orçamento do Município e as suas devidas compensações, de forma a se manter o equilíbrio entre as receitas e despesas Orçamentárias.
- f) Sempre que possível buscar a revisão e atualização da Legislação Tributária Municipal;
- g) Equilibrar as contas públicas, controlando a dívida e viabilizando projetos prioritários para a população.
- h) A Administração Municipal sempre que possível buscará promover a reorganização de seu quadro de pessoal, a alteração de carreiras com a implantação de novos planos de cargos e funções, bem como a criação e readequação de cargos funções e vencimentos, além do realinhamento ou reenquadramento das classes funcionais, sem prejuízo do atendimento às



disposições decorrentes de modificações no Estatuto dos Servidores Municipais e demais normas reguladoras da matéria no âmbito municipal;

IV – SAÚDE

- a) Melhoria das Ações e Serviços de Saúde, articulando ações preventivas e assistenciais:
- b) Recuperar e ampliar a rede de saúde, através de reformas em postos e do Hospital local, otimizando a utilização das unidades existentes;
- c) Informatizar a rede de saúde;
- d) Realizar sempre que necessário, parcerias, convênios e contratos com entes públicos ou particulares, objetivando a maximização dos serviços de saúde, desde que satisfeitos os trâmites burocráticos e respeitados os dispositivos legais pertinentes;
- e) Aprimorar a gestão dos serviços de saúde no município, estruturando adequadamente o órgão Gestor da Saúde em todos os seus níveis de atuação. Estabelecer uma política de informação em saúde voltada à construção de uma rede de informações qualificadas, capaz de subsidiar e fortalecer os processos de gestão, de comunicação social, de produção e difusão do conhecimento, da organização da atenção à saúde e de controle social. Assegurar e ampliar a destinação de incentivos financeiros próprios para investimento e custeio das ações de saúde e buscar outras fontes de recursos para investimentos, com o consequente aprimoramento da Gestão propriamente dita;
- f) Garantir à realização de campanhas informativas e educativas das áreas pertencentes à Vigilância em Saúde;
- g) Buscar garantir o pleno funcionamento das Unidades de Saúde da Família;
- h) Garantir a realização da capacitação e supervisão para os diversos dispositivos das ações em saúde;
- i) Implementar, aperfeiçoar e manter ações em saúde com foco no combate ao COVID-19 e afins, objetivando maximizar à prevenção e o possível tratamento à doença.

V – EDUCAÇÃO

- a) Implementar programas na área de educação, com ênfase na melhoria do ensino infantil e fundamental;
- Melhorar a qualidade do ensino fundamental, com o objetivo de atingir ou ultrapassar as metas estabelecidas pelo Ministério de Educação para o Ensino Básico;
- c) Recuperar e Ampliar a Rede Municipal de Ensino, através de reformas nas escolas e construção de novas unidades principalmente aquelas voltadas para o ensino Pré-escolar;



- d) Elaborar e/ou Incentivar Programas voltados para a alfabetização de jovens e adultos:
- e) Reformar e Construir sempre que possível novas creches no âmbito municipal;
- f) Dar maior amplitude ao processo de informatização da rede municipal de ensino;
- g) Estimular sempre que possível o ingresso de nossos estudantes nas Universidades ou assemelhadas objetivando melhor qualificação de nossos munícipes, desde que cumpridos os limites constitucionais pertinentes a aplicação de recursos na educação no âmbito municipal;
- h) Promover a capacitação dos Profissionais da Educação, organizando cursos presenciais, semipresenciais e à distância para a formação continuada de professores, funcionários e gestores da rede municipal;
- i) Apoiar a gestão democrática através do oferecimento de infraestrutura física e de pessoal para o correto funcionamento dos conselhos relacionados à educação pública municipal;
- j) Estabelecer política salarial que valorize todos os profissionais da Educação pública municipal no curto, médio e longo prazo, incluindo a implantação e/ou aperfeiçoamento dos Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações;

VI – CULTURA, ESPORTE E LAZER

- a) Implementação e difusão de programas culturais;
- b) Promover sempre que possível a Divulgação dos Eventos de cunho Cultural do Município nos diversos meios de comunicação;
- c) Difundir o ensino de atividades culturais a crianças e jovens, despertando o interesse pela atividade artístico-cultural e incentivando a formação de talentos locais;
- d) Difundir a prática de esportes, realizando eventos esportivos;
- e) Promover estudos e projetos na busca de parcerias visando à construção de quadras e/ou centros esportivos;
- f) Propiciar a inclusão social de crianças e adolescentes (de baixa renda) do Município, direcionando-as para a prática de atividades físicas e sociais, e, também na prevenção de obesidade infantil e juvenil;
- g) Promoção de eventos como cursos, seminários e outros para formação, qualificação, treinamentos especializados e promoção do patrimônio histórico material e imaterial junto ao funcionalismo público municipal e a população de Duas Barras;

VII – HABITAÇÃO

- a) Implementar através de estudos e projetos e intermediar sempre que possível programas de ofertas de novas unidades habitacionais e/ou infraestrutura, de forma à viabilizar o acesso à moradia digna por parte da população de baixa renda;
- § 2º As denominações e unidades de medida das metas do projeto de lei orçamentária anual nortear-se-ão pelas utilizadas na lei do plano plurianual referido no *caput* deste artigo, não obstante a Administração Municipal poder, desde que disponibilizados os recursos (humano e material) necessários, definir analiticamente, as metas e prioridades em unidade de medida ou equivalente, de modo a que se possa melhor avaliar as políticas implementadas, programas, atividades e projetos, através de ato próprio, do Poder Executivo.
- § 3.º Poderá ser procedida à adequação das metas e prioridades de que trata o "caput" deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2022, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos, devendo tais medidas constar do PPA 2022 2025.
- § 4.º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o Anexo de Metas e Prioridades para 2022 com as alterações ocorridas será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício, desde que devidamente evidenciados no Plano Plurianual compreendendo o exercício de 2022.
- § 5.º O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Duas Barras relativo ao exercício de 2022 buscará atender aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade.
- § 6.º O Poder Executivo poderá a qualquer tempo, proceder a ajustes nas metas e valores estabelecidos no PPA 2022-2025, em razão da necessidade de inserção de novos projetos e atividades no Orçamento em vigor, de modo a assegurar a compatibilidade entre o referido PPA e o respectivo Orçamento.

CAPÍTULO II

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

- **Art.3.º** Integra esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, estabelecido para o próximo exercício, em conformidade com o que dispõem os §§ 1.º e 3.º do art. 4.º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.
- § 1º. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2022, deverá levar em consideração o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelecendo nos diversos Anexos que são parte

integrante desta lei, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da divida pública para o exercício de 2022, em conformidade com a Portaria nº 589 de 29 de agosto de 2005-STN.

- § 2º A avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior e o comparativo nos três exercícios anteriores fazem parte da presente lei em conformidade com os Demonstrativos II Avaliação das Metas Fiscais do Exercício Anterior e III Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
- **Art.4.º** Estão discriminados em anexo que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 5° - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado, sempre que possível, por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- § 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- § 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais dispositivos supervenientes, reguladores da matéria, do Ministério do Orçamento e Gestão.
- § 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

- Art. 6º A LOA Lei Orçamentária Anual conterá :
- I O OF Orçamento Fiscal:
- II O OI Orçamento de Investimento;
- III O OSS Orçamento da Seguridade Social.
- § 1º: Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos fundos, órgãos e demais entidades da Administração direta e indireta do Município.
- § 2º: Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2022 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.
- § 3º: Na elaboração da proposta orçamentária de 2022, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada e a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.
- **Art. 7º** O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e deverá observar necessariamente :
- I texto da lei;
- II consolidação dos quadros orçamentários;
- III anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- § 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320\64, os seguintes demonstrativos:
- I do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- II do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- III da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;
- IV da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos:
- V demonstrativos de investimentos;
- VI da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se

elaborou a proposta;

- VII da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- VIII da receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;
- IX da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- X da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- XI da despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta;
- XII da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- XIII do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;
- XIV das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;
- XV da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
- XVI da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;
- XVII de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;
- XVIII do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;
- XIX da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação.
- XX da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;
- XXI da receita corrente líquida com base no art.1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei complementar 101/2000;
- XXII da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29;
- § 2º Sem prejuízo das atribuições contidas no Caput deste artigo e parágrafo imediatamente anterior, a Lei Orçamentária Anual, deverá ainda observar, preferencialmente :

A Responsabilidade na Gestão Fiscal; | -

As Diretrizes Gerais para a Elaboração dos Orçamentos do Município II bem como as suas Alterações;

A Organização e a Estrutura dos Orçamentos; III -

A Execução Orçamentária e o Cumprimento de Metas; IV -

A Instituição, a Previsão e a Efetivação de Receita; V -

A Renúncia de Receita quando houver; V -

A Geração de Despesa: VI -

As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; VII -

As Despesas com Pessoal; VIII -

O Controle da Despesa Total com Pessoal; IX -

As Despesas com a Seguridade Social; Χ -

As Transferências Voluntárias; XI -

A Destinação dos Recursos Públicos ao Setor Privado; XII -

A Dívida e o Endividamento: XIII -XIV -Os Limites da Dívida Pública;

A Recondução da Dívida aos Limites; XV -

As Operações de Crédito - Contratação; XVI -

As Operações de Crédito - Vedações; XVII -

As Operações de Crédito por ARO - Antecipação de Receita XVIII -Orcamentária:

As Disponibilidades de Caixa; XIX -

XX -A Preservação do Patrimônio Público;

XXI -A Transparência na Gestão Fiscal;

A Escrituração das Contas Públicas; XXII -

As Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal; XXIII -

XXIV -As Operações com o BACEN

XXV -As Disposições Finais.

§ 3º O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2022, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

Art. 8º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, a discriminação da despesa das unidades orçamentárias se fará por unidade orçamentária, segundo a classificação programática definida pela Portaria nº 42 de 14 abril de 1999 e demais dispositivos supervenientes, reguladores da matéria, emitidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

I – o orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) DESPESAS CORRENTES:

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes.

b) DESPESAS DE CAPITAL:

Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização e Refinanciamento da Dívida; Outras despesas de Capital.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município, da Responsabilidade na Gestão Fiscal e dos aspectos relevantes da Receita e da Despesa

Art. 9º - O projeto de lei orçamentária do Município de Duas Barras, relativo ao exercício de 2022, deve obedecer aos Princípios de Legalidade, Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Economicidade e Probidade Administrativa.

Parágrafo único : Sem prejuízo das atribuições descritas no caput deste artigo, o projeto de Lei Orçamentária assegurará ainda os princípios de justiça, controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento :

- I o princípio de justiça social implica assegurar projetos e atividades que visem reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do município, contribuindo para a redução da exclusão social;
- II o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, através dos instrumentos previstos na legislação a ser editada;
- III o princípio de transparência implica, alem da observação do principio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.
- **Art. 10°** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes.
- **Art. 11º** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário mínimo no exercício de 2022, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com o que dispõe o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/00.
- Art. 12º Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira em função da ocorrência de circunstâncias que de alguma forma impeçam a obtenção de resultado primário satisfatório, conforme

- disposto no art. 9° e no inciso II do § 1° do artigo 31, todos da Lei Complementar n° 101/2.000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de 'projetos', 'atividades' e 'operações especiais', a serem aplicados de forma proporcional à participação do Legislativo e das demais entidades da Administração Indireta do Município;
- § 1º Além das exclusões referentes às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e às despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, o Poder Executivo poderá descrever outras despesas que não serão alvo de limitação de empenho, devendo as mesmas, encontrar-se assinaladas na Programação Financeira de Desembolso e no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
- § 2º No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira e sem prejuízo das disposições contidas no parágrafo anterior, a Administração Municipal buscará preferencialmente preservar das respectivas limitações às despesas abaixo hierarquizadas :
- I Pessoal e encargos sociais;
 II Conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei
 Complementar nº 101/2.000;
- § 3° Não poderão ser programados novos projetos, à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento, cuja execução tenha ultrapassado trinta e cinco por cento até o exercício financeiro de 2021.
- § 4º As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, e as despesas de que trata o parágrafo anterior, relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior, serão, independentemente de quaisquer limites, reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos.
- § 5º A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, se dará nos trinta dias subseqüentes ao final de determinado bimestre em que se verificar a impossibilidade de realização de Receitas suficientes para o cumprimento de Metas de Resultado Primário e Nominal, que se encontram devidamente especificados no art. 9º e Anexo de Metas Fiscais, que é parte integrante desta lei.
- **Art. 13º** A lei orçamentária para o exercício financeiro de 2022 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:
- I. realização de receitas não previstas;
- II. disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual às receitas previstas e a despesas fixadas;

- III. adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.
- **Art.** 14º A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei n.º 4.320/64, não devendo a autorização para abertura de créditos suplementares ultrapassar o percentual de 50 % dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social. Tal limite não abrange a abertura de créditos especiais que dependerão de lei especifica.
- **Art. 15º** Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.
- **Art. 16º** Além de observadas as prioridades fixadas no art. 2 desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada a cargo da Administração Direta, dos Fundos e Autarquias se :
- I tiverem sido adequadamente concluídos todos os que estiverem em andamento;
- II tiverem sido completadas as despesas de conservação do patrimônio público;
- III tiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- IV os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigidas quando da alocação de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.
- V A expansão das referidas despesas de caráter continuado não deverá ultrapassar o percentual descrito no Anexo de Metas Fiscais, desde que não ocorram excessos ou ingressos de recursos não previstos inicialmente, de modo a se manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do município.
- § 1.º As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, em conformidade com o disposto no art. 45 da LRF e na forma descrita em Anexo a presente Lei.
- § 2.º O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo Relatório específico objetivando o atendimento ao disposto no art. 45 da LRF.
- § 3.º Entende-se como despesas de conservação do patrimônio público, aquelas elencadas em conformidade com as metas descritas no PPA para o período, compreendendo as previsões a serem materializadas nas diversas dotações orçamentárias inerentes necessariamente à conservação dos bens de uso comum (praças, parques, jardins, calçamentos e infra-estrutura em geral), bem como aquelas referentes à conservação dos próprios municipais (prédios, terrenos, imóveis em geral da municipalidade).

- **Art. 17º** Nos casos de despesas de duração continuada, a que se refere o art.16 desta lei, também deverão ser obedecidas às disposições contidas nos art.16 e 17 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- § 1°: A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado serão acompanhados de:
- I ESTIMOF Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, Instruída pelas PMCUs Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas, no Exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes;
- II Demonstrativo da Origem dos Recursos para seu Custeio;
- III Comprovação de que a Despesa Criada ou Aumentada não afetará as Metas de Resultados Primário e Nominal almejadas e descritas na LDO Lei de Diretrizes Orcamentárias;
- IV MC Medidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento Permanente de Receita ou pela Redução Permanente de Despesa;
 - V Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA;
 - VI Compatibilidade com o PPA Plano Plurianual;
 - VII Compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - § 2°. A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado não serão executados antes da implementação de:
 - I Comprovação de que a Despesa Criada ou Aumentada não afetará as Metas de Resultados Primário e Nominal;
 - II MC Medidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento Permanente de Receita ou pela Redução Permanente de Despesa;
 - **Art. 18º** É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art.14, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, preferencialmente as que exercem atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, priorizando as que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, bem como nas áreas de saúde, educação, cultura e turismo.
 - § 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos na *caput*, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2022 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, sem prejuízo de outras documentações que o município julgar necessárias.
 - § 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

- § 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão ainda de:
- I Publicação, pelo Poder Executivo, de normas gerais ou específicas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade, sendo que, no caso de lei específica, tais normas poderão estar contidas no corpo da respectiva lei que autoriza a subvenção ou auxílio à

entidade beneficiada, mesmo que de forma sintética.

- II identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.
- § 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica, podendo ser regulamentada por ato próprio do Poder Executivo.
- Art. 19º As receitas próprias das entidades mencionas no art. 18, (Administração Direta e Indireta), serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, de financiamentos e outras despesas de manutenção das contrapartida respectivas entidades.
- Art. 20° A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos

com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

- Art. 21º A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de 0,5 % da receita corrente líquida consolidada, prevista para o exercício de 2022, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- Art. 22º O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua Finalidade que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar voltado para:
- § 1° Através de Ação Planejada e Transparente, Cumprir Metas de Resultados entre Receitas e Despesas;
- § 2º Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, a Limites e Condições no que tange a:

Renúncia de Receita;

Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e 1 11 Outras;

Dívidas Consolidada e Mobiliária; 111

Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita -IV ARO;



V

Concessão de Garantia;

VI

Inscrição em Restos a Pagar.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

- Art. 23º A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social e/ou Instituto próprio de previdência.
- **Art. 24º** A elaboração da Lei Orçamentária deverá prever mecanismos que promovam a recondução da dívida consolidada do Município aos limites a serem estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do estabelecido no *caput* do art. 31 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- Art. 25° O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir na composição da receita total do município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal, observando contudo o limite de endividamento de ate 50 % das Receitas Correntes Líquidas apuradas ate o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30, 31 e 32 da LRF.
- § 1° A Lei Orçamentária Anual deverá conter, quando cabível, demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações ao nível dos projetos e atividades, a serem financiadas por tais recursos.
- § 2° A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.
- **Art. 26°** A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- **Art. 27º** A Administração Municipal deverá proceder à correção do principal da dívida contida no passivo permanente, utilizando preferencialmente o índice de preços IPCA, ou um outro a ser definido pela autoridade tributária competente.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos

- **Art. 28º** No exercício financeiro de 2022, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2.000.
- **Art. 29°** O Executivo poderá encaminhar projetos de Lei visando à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, bem como o reenquadramento de cargos e funções, de forma a:
- I. Otimizar a imagem pública do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho, motivando-o permanentemente na busca total da qualidade do serviço público;
- II. Proporcionar desenvolvimento profissional dos servidores municipais, através de programas de treinamento dos recursos humanos;
- III. Proporcionar desenvolvimento pessoal dos servidores municipais através de programas informativos , educativos e culturais.
- IV. Melhorar as condições de trabalho, especialmente, no que concerne à saúde, segurança do trabalho e justa remuneração.

Parágrafo Único – Observadas as disposições contidas no artigo anterior, o Executivo poderá encaminhar projetos de Lei visando:

- A concessão , absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- A criação e a extinção de cargos públicos, bem como a criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- III. Provimento de cargos em conformidade com as necessidades da Administração Municipal, através da realização prévia de concurso público, respeitando-se sempre as atribuições e o poder discricionário por parte do ente público inerentes aos cargos em comissão.
- IV. Provimento de cargos e contratações de emergência estritamente necessária, respeitada a legislação vigente.
- Art. 30º Observadas as disposições contidas no art. 28, o Legislativo poderá encaminhar projetos de Lei ou deliberar sobre projetos de resolução, conforme o

caso, visando à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, incluindo:

- I. A concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- A criação e a extinção de cargos públicos, bem como a criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- III. Provimento de cargos e contratações de emergência estritamente necessárias, respeitada a legislação vigente;
- Art. 31º A criação ou ampliação de cargos, além daqueles mencionados nos artigos anteriores, atenderá aos seguintes requisitos:
- I. Existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II. Inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na Administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas;
- III. Resultar de ampliação, decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual;
- IV. Verificação de que o ato que provoque aumento da despesa com pessoal não será executado antes da implementação de:
- 1) Comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultado primário e nominal almejado pela Administração Pública em conformidade com a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000.
- 2) MC Medidas de Compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente da receita ou pela redução permanente da despesa.
- V. Serão nulos de pleno direito os atos que provoquem aumento da despesa com pessoal conforme exposto no art. 21 da Lei Complementar nº 101/00;
- VI. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites previstos nos artigos nº 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00, providenciar de imediato os procedimentos de ajuste estabelecidos na referida Lei;

CAPÍTULO VI

Das Disposições Sobre a Receita e Possíveis Alterações na Legislação Tributária do Município para o Exercício Correspondente

Art. 32° - As diretrizes da receita para o ano de 2022 impõem o aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas ao incremento das receitas próprias. Inclui-se também a possibilidade de concessão de incentivos fiscais como forma de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, desde que tais iniciativas não sejam agressivas ao meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, desde que satisfeitas às exigências contidas no art. 4°, parágrafo 2°, V da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo Único: Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao credito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme disposto no art. 14, parágrafo 3 da LRF.

- **Art. 33**° Poderão ser apresentados projetos de lei dispondo sobre as seguintes alterações na área da administração tributária , observados , quando possível, a capacidade econômica do contribuinte e, sempre, a justa distribuição de renda:
- I atualização da planta genérica de valores do município;
- II revisão ,atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III Instituição de taxas pela prestação de serviços, com a finalidade de custear serviços específicos e divisíveis, colocados à disposição da população;
- IV Revisão da legislação referente ao Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza;
- V Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI Revisão da legislação sobre as Taxas pelo exercício do poder de polícia administrativo;
- VII Revisão e/ou implementação de isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.
- VIII Concessão de incentivos fiscais ou outros mecanismos tributários que permitam o atendimento das diretrizes do Art. 2° desta lei;

- IX Revisão da legislação sobre o uso do solo com redefinição dos limites da zona urbana Municipal.
- § 1° A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que Compreenda Renúncia de Receita deverá:
- I Estar Acompanhada de Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes;
- II Atender a pelo menos uma das seguintes condições:
- a) demonstração de que a Renúncia foi considerada na de Receita da LOA Lei Orçamentária Anual e de que não afetará as Metas de Resultados Fiscais Previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) estar Acompanhada de Medidas de Compensação, Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, meio do Aumento de Receita, proveniente:
- b.1 da Elevação de Alíquotas;
- b.2 da Ampliação da Base de Cálculo;
- b.3 da Criação de Tributo.
- § 2° A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Renúncia de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem efetivamente Implementadas as Medidas de Compensação.
- **Art. 34°** O projeto da Lei Orçamentária Anual poderá considerar, na previsão de receita, a estimativa de arrecadação decorrente das alterações na legislação tributária proposta pelo executivo, nos termos do artigo anterior.
- $\S~1^\circ$ as receitas estimadas na forma do *caput* deste artigo deverão ser vinculadas às despesas detalhadas por projetos e atividades.
- $\S~2^\circ$ a execução das despesas de que trata o parágrafo anterior, ficará condicionada à aprovação das alterações propostas para a legislação tributária.

Capítulo VII

Das transferências voluntárias

Artigo 35º - Transferência Voluntária é o Recebimento de Recursos Correntes ou de Capital de outro Ente da Federação, a Título de Cooperação, Auxilio ou

Assistência Financeira, que não decorra de Determinação Constitucional, Legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Artigo 36° - A Transferência Voluntária poderá ser realizada, se forem obedecidas as seguintes exigências:

I - Existência de Dotação Específica;

- II Não Utilização para Pagamento de Despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista;
- III Comprovação, por Parte do Beneficiário, de:
- a) que se acha em dia quanto ao Pagamento de Tributos, Empréstimos e Financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à Prestação de Contas de Recursos anteriormente dele recebidos;
- b) cumprimento dos Limites Constitucionais relativos à Educação e à Saúde;
- IV Observância dos Limites das Dívidas Consolidada e Mobiliária, de Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita, de Inscrição em Restos a Pagar e de Despesa Total com Pessoal;
- V Previsão Orçamentária de Contrapartida;
- VI Não Utilização em Finalidade Diversa da Pactuada.

Artigo 37º - As Sanções de Suspensão de Transferências Voluntárias não se aplicam àquelas relativas a Ações de Educação, Saúde e Assistência Social.

Capítulo VIII

Das Disposições Finais

- Art. 38° É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- **Art. 39º** A Despesa Objeto de Dotação Específica e Suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, apresentará adequação orçamentária e financeira com a LOA Lei Orçamentária Anual se somadas todas as despesas da mesma espécie realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, observando que não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- **Art. 40°** A Despesa apresentará compatibilidade com o PPA Plano Plurianual, se estiver em Conformidade com as suas Diretrizes, os seus Objetivos e as suas Metas.
- Art. 41º A Despesa apresentará compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias, se estiver em conformidade com as suas Prioridades e as suas Metas.

Art. 42° - O Poder Executivo poderá estabelecer, através de decreto, sistema de controle de custos e de verificação das ações do governo, tendo em vista minimizar desvios e aferir os resultados obtidos, tornando-se necessário, os esforços no sentido de disponibilização dos recursos (material e humano) para a realização dos mesmos, devendo desde já, as despesas serem executadas respeitando-se os preços médios praticados pelo mercado, no tocante as aquisições de bens e serviços, bem como a utilização de tabelas e/ou parâmetros oficiais para a realização de investimentos (projetos), além do atendimento ao disposto nos diversos artigos da Lei nº 8.666/93, devendo o controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal obedecer ao estabelecido no art. 50, parágrafo 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, em conformidade com o art. 4º, e da LRF. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2022 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 43° - Para os efeitos do art.16 da Lei Complementar nº 101, 04 de maio de 2.000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1.993.

Parágrafo Único. Ocorrendo a Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoamento de Ação Governamental que Acarrete Aumento da Despesa Irrelevante – não será necessário apresentar a ESTIMOF – Estimativa do Impacto Orçamentário-

Financeiro, Instruída pelas PMCUs -Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas e a DOD - Declaração do Ordenador da Despesa.

- **Art. 44°** Notadamente, tendo em vista os dispositivos elencados no artigo anterior, em conformidade com o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, entende-se como despesas relevantes, aquelas cujo valor seja superior para bens e serviços, aos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1.993.
- § 1º A Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoamento de Ação Governamental PROJETOS que Acarrete Aumento da Despesa Relevante será sempre que possível, acompanhado de:
- I ESTIMOF Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, Instruída pelas PMCUs - Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas, no Exercício em que deva entrar em vigor e nos 02 (dois) subseqüentes;
- II DOD Declaração do Ordenador da Despesa de que o Aumento tem;
- a) Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA Lei Orçamentária Anual;

- b) Compatibilidade com o PPA Plano Plurianual; Compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes.
- c) Compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- $\S~2^{\circ}$ As Despesas de Aperfeiçoamento de Ação Governamental PROJETOS ficam Classificadas em 02 (dois) Grupos:
 - I O GDR Grupo das Despesas Relevantes;
 - II O GDI Grupo das Despesas Irrelevantes.
- **Art. 45°** Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo nº 8 da Lei Complementar nº 101/2.000, devendo constar da programação financeira e

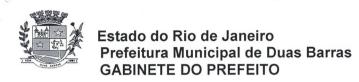
cronograma de execução mensal de desembolso as Receitas e Despesas ou ingressos e desembolsos por categoria econômica e natureza de despesa, podendo conter abertura sintética dos mesmos, desde que permitam a correta analise dos dados evidenciados.

Parágrafo único. As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do "caput" deste artigo e nos termos das determinações constantes do art. 13 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

- **Art. 46° -** Em razão de eventuais descontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que trata o § 5.º do art. 166 da Constituição Federal.
- **Art. 47º** Respeitado o disposto no art. 22 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.
- Art. 48 A Administração Municipal poderá proceder à contratação excepcional de horas extras, nas hipóteses em que os valores das despesas com pessoal ultrapassarem o limite prudencial descrito no art. 22 da LRF, somente quando os respectivos servidores estiverem realizando seus trabalhos vinculados às ações de Educação, Saúde e Assistência Social ou em demais funções de Governo desde que devidamente fundamentado o interesse público precípuo para aquele período específico, demonstrando a necessidade eminente para o período em destaque e o caráter de excepcionalidade oriundo de situação atípica.
- **Art. 49°** O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei ao Poder Legislativo visando à sua adequação, no que tange a Estrutura Administrativa e Operacional, inclusive com a criação ou desmembramento de Secretarias, objetivando se ajustar

aos novos dispositivos normativos, em especial os da Lei Complementar nº 101/00, que impõe metodologia e procedimentos complexos de planejamento e de gestão para os entes públicos, desde que satisfeitos os dispositivos descritos na Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulem a matéria.

- **Art. 50º** O município poderá auxiliar o custeio de despesas atribuídas a União e ao Estado mediante a celebração de termo próprio, desde que manifestado o interesse municipal, bem como a existência de recursos orçamentários, não podendo tais despesas ultrapassar o limite estabelecido nesta Lei no que concerne ao percentual da receita corrente líquida destinada à reserva de contingência.
- **Art. 51º** Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2021 sua programação poderá ser executada, até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.
- § 1.º Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.
- § 2.º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.
- **Art. 52°** As emendas ao projeto de lei de orçamentária para 2022, ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, devem atender às seguintes condições:
- § 1.º Serem compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2022/2025 e suas alterações posteriores; com as diretrizes, disposições, prioridades e metas do referido Plano.
- § 2.º Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.
- I não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:
- a) pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;



- § 3.º Estarem necessariamente relacionadas:
 - a) com a correção de erros ou omissões; ou
 - b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.
- **Art. 53º** As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de empréstimos internos e externos.

Parágrafo Único – As emendas quando de sua proposição somente deverão ser efetivadas desde que atendidos os dispositivos descritos no art. 166 da CF/88 c/c o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, considerando a necessidade de apresentação das justificativas e possíveis comprovações de erros e inconsistências materiais que pudessem suportar a realização das respectivas emendas em conformidade com o disposto no art. 52 da presente lei.

- **Art. 54º** O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.
- **Art. 55º** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.
- **Art.** 56° O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.
- **Art. 57º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Duas Barras, 14 de Abril de 2.021.

FABRICIO LUIZ LIMA AYRES Prefeito

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS

ANEXO DE METAS FISCAIS LDO 2022

va da despesa a ser liquidada no respectivo exercício. 3.% para o exercício de 2022 e projeção de 2,8 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econôm % para o exercício de 2023 e projeção de 2023 e projeçõo de 2023 e projeçõe de 2023 e pr	Estado do Rio de Janeiro Profesirum Municipal de Duas Barras - 2022						
Part	VALORES CONSOLIDADOS VALORES CONSOLIDATIVO . 1	METAS FISCAIS LRF, ART. 4°, #1					
NALOR CORENTR CONSTANT CO	ANEXO DE METAS FISCAIS	RESULTADO PRIMÁRI	IO E NOMINAL				
VALOR CORRENTE CONSTANTE VALOR CORRENTE CONSTANTE CONSTA	O B C SOLITO TAKE						
VALOR CORRENTE VALOR CORRENTE VALOR CORRENTE VALOR CORRENTE VALOR CORRENTE VALOR CORRENTE CONSTANTE VALOR CORRENTE VALOR CORRENTE CONSTANTE VALOR CORRENTE CONSTANTE VALOR CORRENTE VALOR CORRENTE CONSTANTE C	ESPECIFICAÇÃO		2022			2023	
Page 2017 Page		VALOR CORRENTE	VALOR	% PIB	VALOR	VALOR	% PIB
NANCEIRA Sept. 3 Sep	A TOTAL	73.243,1	70.183,1	0,009394%	78.646,6	72.288,6	0,009793%
A 6.065.5 5.575.1 0 A 67.329.8 64.516.8 0,008636% 72.689.7 66.794,0 0 A 67.329.8 64.516.8 0,008636% 72.293.4 66.49.0 0 G 7.329.8 64.516.8 0,008636% 72.293.4 66.49.0 0 G 7.329.8 64.516.8 0,000014% 375.3 344.9 0 G 7.329.8 64.516.8 0,000014% 5.977.9 5.494.6 0 D 8.567.1 5.334.5 0,000014% 5.977.9 5.494.6 0 G 8.33.1 6.06.7 0,000034% 2.877 2.844.4 0 G 8.33.1 6.06.7 0,0000357% 2.948.1 2.709.7 0 A 9.786.1 9.386.8 0,0001566% 10.469.7 3.623.3 0 A 9.786.1 9.386.8 0,0001566% 10.469.7 3.6623.3 0 A 9.786.1 9.386.8 0.0001566% 10.469.7 3.6623.3 0 A 9.786.1 9.386.8 0.00	A. RECEITA IOTAL A1. RECEITA NÃO FINANCEIRA	67.594,3	64.770,3	%0/98670%	72.581,1	66.713,5	%8€0600'0
NAME Part	A2.RECEITA FINANDEIRA	5.648,7	5.412,7	0,000724%	6.065,5	5.575,1	0,000755%
NANCEIRA 66.449,0 67.329,8 64.516,8 0,008636% 72.293,4 66.449,0 CEIRA CEIRA 346,1 331,7 0,000044% 375,3 344,9 CEIRA CEIRA 5.567,1 5.534,5 0,000714% 5.977,9 5.494,6 CEIRA	- CONTRACTOR TOTAL	67.675,9	64.848,5	0,008680%	72.668,7	66.794,0	0,009049%
346.1 331.7 0,000044% 375.3 344.9 0	B. DESPESA TOTAL. B1. DESPESA NÃO FINANCEIRA	67.329,8	64.516,8	0,008636%	72.293,4	66.449,0	0,009002%
ARIO AL Considerando a estimativa da despesa a ser liquidada no respectivo exercicio. Colo IPCA anual de 4.25 % para o exercicio de 202 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio. Co IPCA anual de 4.25 % para o exercicio de 202 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio. Co IPCA anual de 4.25 % para o exercicio de 202 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio. Co IPCA anual de 4.25 % para o exercicio de 202 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio. CO IPCA anual de 4.25 % para o exercicio de 202 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio. CO IPCA anual de 4.25 % para o exercicio de 202 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio.	B2. DESPESA FINANCEIRA	346.1	331,7	0,000044%	375,3	344,9	0,000047%
DADA	C. RESULTADO (AB)	5.567,1	5.334,5	0,000714%	6,776,6	5.494,6	0,000744%
DADA 2.862,2 2.742,6 0,000367% 2.948,1 2.709,7 2.709,7 2.962,3 2.742,6 0,000367% 2.948,1 2.709,7 2.709,7 2.700,	D. RESULTADO PRIMÁRIO	264,6	253,5	0,000034%	287,7	264,4	0,000036%
DADA	(C- (A2 - B2)						
a estimativa da despesa a ser liquidada no respectivo exercicio. al de 4,36 % para o exercicio de 2022 e projeção de 2,8 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio. al de 4,25 % para o exercicio de 2022 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio. al de 4,25 % para o exercicio de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio.	E. RESULTADO NOMINAL	633,1	606,7	0,000081%	673,6	619,2	0,000084%
-9.386,8 -0,001256% -10.469,7 -9.623,3	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	2.862,2	2.742,6	0,000367%	2.948,1	2.709,7	0,000367%
 Despessa não financiara, considerando a estimativa da despesa a ser liquidada no respectivo exercício. Obs1.:Utilizou-se a projeção do IPCA anual de 4,35 % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercício. Obs2.:Utilizou-se a projeção do IPCA anual de 4,25 % para o exercício de 2023 e projeção de 3,0 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercício. 	DÍVIDA FISCAL LIQUIDA	-9.796,1	-9.386,8	-0,001256%	-10.469,7	-9.623,3	-0,001304%
	- Despesa não financeira, considerando a estimativa da despesa a ser liquidada no respectivo exercício. Obs1.:Utilizou-se a projeção do IPCA anual de 4,36 % para o exercício de 2022 e projeção de 2,8 % (PIB Obs2.:Utilizou-se a projeção do IPCA anual de 4,25 % para o exercício de 2023 e projeção de 5,0 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercicio) - Crescimento Econômico para o referido exercício.					

Obs.: Utilizou-se o PIB aproximado de R\$ 779,678,15 Bilhões (Estado) para 2022.
NOTA: Projeções considerando possiveis perdas decorrentes de perda de arrecadação em virtude da crise financeira em razão da Pandemia da COVID-19.

TABELA - MEMÓRIA DE CÁLCULO MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS

TABELA AUXILIAR PARA A CORREÇÃO DE (ORÇAMENTO) - 2022

ORCAMENTO) - 2022				- 0.0
Ano	2020	2022	2023	2024
inca-variacão anual	0,0375	0,0430 0,0420	0,0420	0,0400
inca applied (2020=1.00)	1,0000	1,0000 1,0000	1,0000	1,0000
inca médio	0,0375	0,0436	0,0425	0,0410
inca médio (2020=1,00)	1,0000	1,0436	1,0880	1,1326
crescimento econômico	-0,0460	0,0280	0,0300	0,0320
expansão da base iptu	0,0030	0,0035	0,0035 0,0030	0,0030
expansão da base itbi	0000'0	00000'0	0,0000	0,0000
legislacão iptu	00000'0	00000'0	00000'0 00000'0	0,0000
legislacão iss	00000'0	00000'0	00000'0	0,0000
legislacão itbi	00000'0	00000'0	00000'0 00000'0	0,0000
administracão tributária iptu	00000'0	00000'0	00000'0 00000'0	0,0000
administracão tributária iss	0,0350	0,0400	0,0400	0,0400
administracão tributária itbi	00000'0		00000'0 00000'0	0,0000

Obs1..Utilizou-se a projeção do IPCA anual médio de 4,36 % para o exercício de 2.022 e projeção de 2,8 % (PIB) - Crescimento Econômico para o referido exercício.

Obs2.: Legislativo, a receita base é sempre o do ano anterior

Obs.3.: Determinadas Receitas podem conter outras variáveis para a composição do saldo estimado para 2.022. (Ex: Royalties)

Obs.4.: Valores das Receitas estimados para 2022, tomando por base o ano anterior (2021), além da variação das receitas nos exercícios imediatamente anteriores.

Obs.5: Ressaltando que os valores expressos em R\$ constantes apresentam o crescimento econômico, desconsiderando o efeito inflacionário.

2021 1,5 1,5 2022 2,6 2,8 2023 3 3 2023 3 3,2	Data	PIB%	PIB %
2,5	3034	15	1.5
c, c	7071		0 0
m m	2022	2,5	7,0
c	2023	8	3
	2027	က	3,2

MUNICÍPIO DO DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO II

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO DE 2020

LRF, art. 4°,§2°, inciso l

LRF, art. 4°,§2°, Inciso i	R\$ mil correntes
M -	2020
ESPECIFICAÇÃO	meta
	64.130,99
Receita Total	62.998,39
Receitas Primárias (I)	58.599,90
Despesa Total	58.411,90
Despesas Primárias (II)	4.586,49
Resultado Primário (I-II)	1.970,40
Ressultado Nominal	2.697,90
Dívida Pública Consolidada	-9.324,10
Dívida Consolidada Líquida	-9.324,10
Dívida Fiscal Líquida	

FONTE: Secretaria de Fazenda

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO III

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ANUAIS DE 2019, 2020 E 2021

LRF, art. 4°,§2°, inciso II

LRF, art. 4°,92°, inciso ii		R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	2019 meta	2020 meta
Receita Total Receitas Primárias (I) Despesa Total Despesas Primárias (II) Resultado Primário (I-II) Ressultado Nominal Dívida Pública Consolidada Dívida Consolidada Líquida Dívida Fiscal Líquida	61.529,40 56.212,00 53.692,70 53.692,70 2.519,30 -2.813,20 1.547,30 -1 0.569,60 -1 0.569,60	67.530,10 62.322,00 62.397,20 62.102,50 219,50 -358,60 2.265,40 -5.236,20

	R\$ mil correntes
- 7 -	Metas
ESPECIFICAÇÃO	2021
Describe Tatal	65.774,50
Receita Total	60.701,80
Receitas Primárias (I)	60.775,10
Despesa Total	60.457,40
Despesas Primárias (II)	244,40
Resultado Primário (I-II)	-402,30
Ressultado Nominal	
Dívida Pública Consolidada	1.641,50
	-6.310,20
Dívida Consolidada Líquida	-6.310,20
Dívida Fiscal Líquida	

FONTE: Secretaria de Fazenda

MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO IV EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2022

R\$ milhares

LRF, art. 4°,§2°, inciso III	2222	%	2019	%	2018	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	Children and the state of the s	49.126,28	100,00%	45.993,81	100,00%
Patrimônio/Capital	50.968,52	100,00%	49.120,20			0.00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0.00%
Resultado Acumulado		0.00%	-	0,00%	-	
	50.968,52	100.00%	49.126.28	100,00%	45.993,81	100,00%
ITOTAL	50.908,52	100,0070				

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda.(2020 Estimado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE META FISCAIS DEMONSTRATIVO V

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2022

R\$ milhares LRF, art. 4°, §2°, inciso III 2018 2019 RECEITAS 2020 REALIZADAS 0 45 0 RECEITAS DE CAPITAL 0 0 Receita de Alienação de Ativos 0 45 0 Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis 0 0 0 TOTAL(I)

DESPESAS LIQUIDADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS Investimentos Inversões Financeciras Amortização/ Refinanciamento Dívida	45	0	0
DESPESAS CORRENTES DO RPPS TOTAL (II)	45	0	C
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) - (I - II)	-45	0	C

FONTE: Secretaria de Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VI RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS 2022

- 4 40 C 08 inning IV plines 3	The state of the s	2019	2020
RF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alinea a RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2018	7.179,7	1,765,6
ECEITAS CORRENTES	3.381,8	1.121.1	1,069,5
Receita de Contribuições	1.352,5	962.9	1.034.1
Pessoal Civil	1.286,3	902,9	-
	-		_ 1
Pessoal Militar Outras Contribuições Previdênciárias	-	158.2	35.4
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	66,2	4.840.1	(1.095,1)
Compensação Previdenciana entre residenciana entre	502,1	1,6	472.9
Receita Patrimonial	4,1	1,0	472,0
Outras Receitas Correntes	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	
Alienação de Bens	-	-	1.318,3
Outras Receitas de Capital RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS - INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.523,1	1.216,9	1.318.3
RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPFS - INTIGORY MILETY MANAGEMENT	1.523,1	1.216,9	1.318,3
Contribuição Patronal do Exercicío	1.523,1	1.216,9	1,310,3
Pessoal Civil	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-		
Pessoal Militar	-	-	1.765,6
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	3.381,8	7.179,7	1.705,0
TOTAL RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1)	2018	2019	2020
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	390,6	413,1	472,9
ADMINISTRAÇÃO GERAL	374.0	407,0	424,7
Despesas Correntes	16.6	6,1	48,2
Despesas de Capital	3.584,4	4.207,8	4.851,4
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.584.4	4.207,8	4.851,4
Pessoal Civil	0.004,4	-	
Pessoal Militar			-
Outras Despesas Correntes			-
Compensação Previd. De aposent. RPPS E RGPS	-	-	
Compensação Previd. De pensão. RPPS E RGPS	3.975.0	4.620,9	5.324,3
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS (II)	(593,2)	2.558,8	(3.558,
DESULTADO PREVIDENCIARIO (I - II)	36.877,6	44.808,6	46.092,
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	30,077,0	44.000,0	

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VI.1 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2022

R\$ milhares

, art. 4°, §2°, inciso	IV, alínea a	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO
EXERCÍCIO	CONTRIB. PATRONAL (a)	Valor (b)	Valor (c)	Valor (d) = (a + b -c)	FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038	0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	5.398,9 5.539,2 5.714,9 5.842,5 5.989,8 6.114,7 6.253,7 6.343,1 6.441,3 6.527,3 6.596,3 6.690,4 6.735,9 6.785,5 6.825,2 6.825,2 6.859,9 6.883,9 6.920,9 6.956,2 6.892,1	1.002,5 1.247,0 1.427,9 1.601,5 1.781,4 1.979,4 2.178,1 2.398,6 2.632,1 2.883,2 3.115,4 3.310,8 3.498,5 3.682,8 3.890,1 4.088,7 4.259,2 4.388,7 4.474,9 4.523,6	4.396,4 4.292,2 4.287,0 4.241,0 4.208,4 4.135,3 4.075,6 3.944,5 3.809,2 3.644,1 3.480,9 3.379,6 3.237,4 3.102,7 2.935,1 2.771,2 2.624,7 2.532,2 2.481,3 2.368,5	46.307,3 50.599,5 54.886,5 59.127,6 63.336,0 67.471,3 71.546,9 75.491,4 79.300,7 82.944,7 86.425,5 89.805,1 93.042,5 96.145,2 99.080,4 101.851,6 104.476,4 107.008,6 109.489,9 111.858,3

FONTE: IAPDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VII

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

R\$ milhares

RF, art. 4°, §2°, inciso V	RENÚNCIA	DE RECEIT	A PREVISTA		COMPENSAÇÃO
SETOR / PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	TRIBUTO/	2022	2023	2024	
BENEFICIANO	CONTRIBUIÇÃO	30	26	27	Atualização da Legislação Tributária e incremento da Fiscalização, bem como a divulgação para conscientização da população local e empresas
SERVIÇOS	ISS *	35	31	33	Atualização da Legislação Tributária e incremento da Fiscalização, bem como a divulgação para conscientização da população local e empresas
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	IPTU*				
TOT		65	57	60	The state of the s

FON secretaria de Fazenda *- Tributos + multas e juros dos tributos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VIII

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2022

Valor Previsto - 2022 4,971,6
4 971.6
535,3
4.436,3
0,5
4.436,8
3.771,3
3.771,3
665,5
STATE OF CHARGE AND LOCALIST OF STATE OF CHARGE AND ADDRESS OF CHA

ANEXO IX DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (Art. 4°, Parágrafo 3°, da Lei Complementar n° 101 de 04/05/2000

Eventuais passivos contingentes e outros riscos fiscais, serão atendidos pela Reserva de Contingência, cujos recursos serão alocados na Lei Orçamentária anual, em montantes suficientes para sua cobertura.

Conforme disposto no art. 4°, parágrafo 3°, da Lei Complementar n. 101/00 o Anexo de Riscos Fiscais compreende os passivos contingentes e outros riscos fiscais

capazes de afetar as contas públicas.

Neste contexto devem ser considerados passivos contingentes os possíveis riscos decorrentes de sentenças judiciais que podem acarretar aumento da despesa pública, sem prejuízo, todavia, do disposto no art. 100 da CF/88. Outrossim, a possível frustração de arrecadação ou extinção de determinada receita prevista que possa afetar o resultado pretendido, atrelado a mudanças bruscas e repentinas na conjuntura econômica nacional e regional, devem ser consideradas como riscos fiscais, cabendo ao município dentre outros procedimentos, a utilização de mecanismos de correção de possíveis desvios, objetivando o restabelecimento do equilíbrio orçamentário e financeiro do mesmo. Na ocorrência de tais eventos, o Município procederá o contingenciamento de despesas, através da limitação de empenhos, anulação de dotações orçamentárias destinadas a investimentos e posteriormente as destinadas ao custeio, além da utilização da reserva de contingência conforme previsto na legislação que regula a matéria.

DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO - Rua Duarte José Loureilo - Midilinaria - Nacional Control Co	DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO - Coronel Regino Monneral - Duas ballas - NECURSO PRÓPRIO	DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO - Rua Evangelina Alvares Guilles Lutterbach RECLIRSO PRÓPRIO	Aquisição de Retroescavadeira - Trator - CONVENIO	Aquisição de Retroescavadeira - Trator - CONVENIO - CONTRATANTIDA - NO	REFORMAI - RODOVIÁRIA - MONNERAT - CON I RAPAKTIDA - RP	REFORMA - RODOVIÁRIA - MONNERAT - CONVENIO	Básica - Construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar construção de Centro de Referencia da Assistencia a podar como construção de Centro de Referencia da Assistencia da Assistencia da Centro de Referencia da Assistencia da	Contrato de Repasse nº 03703137-53/ 2011 Ministério da Cidadania - Estruturação de rede de proteção Social	Identificação dos Projetos	
								mar/14	Data de início execução	
	R\$ 49.472,09	R\$ 40.780,96	R\$ 15.202,77	R\$ 750.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 380.284,66	Valor do Projeto	
	*	*	*	*	*	,	*	80,00%	Exercicio anterior	
	,	,						10,58%	Previsto P/ A exe Exercício /20 2021	Execução %
	100%		100%	100%	700%	700%	100%	10,58%	A executar em Projetos em 2021 execução	0
		*	*	*	*	*	*			Recu
		*	*	*	*	*	*	*	Conservação do patrimonio	Recursos priorizados



Assessoria Turídica

PARECER ASSESSORIA JURÍDICA Nº 14.2021

EMENTA. ANALISE JURÍDICA. PROJETO DE LEI 12.2021. ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA AS METAS E AS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AS DESPESAS DE CAPITAL, ORIENTANDO A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA, DISPONDO SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1) RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta E. Casa de Leis em 15/04/2021, através da Mensagem 005/2021, o Projeto de Lei nº 12/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo que dispõe sobre as diretrizes para as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital, orientando a elaboração da lei orçamentária, dispondo sobre as alterações na legislação tributária, para o exercício financeiro de 2022 (LDO).

Assim, de acordo com as funções atinentes ao cargo de assessoria jurídica da Câmara Municipal de Duas Barras (Art. 46, I – Lei 1047/2011), será realizada a elaboração de parecer prévio acerca da legalidade/constitucionalidade do projeto de lei nº 14/2021, de modo a auxiliar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e/ou Finanças e Orçamento, ressaltando-se que a CCJ, como as demais comissões gozam de total autonomia e independência em relação a este parecer.

1834 OLAS BANAS 1891

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS PODER LEGISLATIVO

Assessoria Turídica

2) PRELIMINARMENTE

a) Das limitações do presente parecer

O presente parecer tem por objetivo tão somente informar sobre a legalidade/constitucionalidade do Projeto de Lei supramencionado, limitando-se a analisálos à luz da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno, Legislação de regência e dos Princípios norteadores da Administração Pública, bem como exigências formais quanto a LRF, estando excluídas, entretanto, as análises que se baseiem em funções reservadas aos órgãos de controle interno e externo, bem como dos aspectos de mérito do ato administrativo e da direção das políticas públicas, bem como aquelas inerentes e exclusivas da função exercida pelo vereador.

O artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que "o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei." Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I do artigo 7° da Lei federal nº 8.906/1994, que estabelece ser direito do advogado, dentre outros, "exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional".

Registre-se que o parecer, apesar de sua importância, imparcialidade e técnica, não tem efeito vinculante, tampouco caráter decisório, tendo as autoridades legislativas plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo. E assim nos ensina José de Carvalho Filho:

"Os pareceres consubstanciam opiniões, pontos de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação. (...) Refletindo um juízo de valor, uma opinião pessoal do parecerista, o parecer não vincula a autoridade que tem competência decisória, ou seja, aquela a quem



Assessoria Jurídica

cabe praticar o ato administrativo final. Trata-se de atos diversos - o parecer e o ato que o aprova ou rejeita. Como tais atos têm conteúdos antagônicos, o agente opina nunca poderá ser o que decide."

Outrossim, cumpre ressaltar que este parecer não substitui – em nenhum caso - a análise da(s) Comissão(ões) competente desta Casa Legislativa, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Duas Barras – RJ.

3) PRAZO PARA ENVIO DA LDO

O prazo para envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo, considerando que até o momento não foi aprovada a lei complementar de que trata o art. 165, §9º da Constituição Federal, encontra-se regulado no art. 35, §2º, II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), qual seja, oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril).

Art. 35. O disposto no art. 165, § 7°, será cumprido de forma progressiva, no prazo de até dez anos, distribuindo-se os recursos entre as regiões macroeconômicas em razão proporcional à população, a partir da situação verificada no biênio 1986-87.

§ 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes



Assessoria Jurídica

do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

O Chefe do Executivo cumpriu o prazo de encaminhamento, uma vez que o dia 14 de abril (quarta-feira) realizou o protocolo do Projeto de Lei nº 12.2021 junto à Câmara Municipal de Duas Barras. Portanto, tempestivo o envio do projeto de lei.

4) DOS FUNDAMENTOS

4.1) COMPETÊNCIA

No que se refere a competência legislativa para proposição da matéria e estando diretamente relacionada à constitucionalidade formal do projeto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que orienta a elaboração e execução do orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com pessoal, política fiscal e transferências de recursos.

Prioriza as metas do Plano Plurianual - PPA e orienta a elaboração do Orçamento Anual, LOA. Nessa perspectiva, a LDO é ponto intermediário entre o Plano Plurianual – que estipula metas e define programas em uma perspectiva global – e a Lei do Orçamento Anual (LOA), que estima, de forma detalhada, a aplicação dos recursos da cidade nas mais diferentes áreas.

Segundo o que prevê a Constituição Federal em seu art. 165, serão leis de iniciativa do Poder Executivo, as que estabelecerem as diretrizes orçamentárias (art. 165, II, CF/88). Além de previsão constitucional expressa, o art. 30, I da Constituição Federal também prevê que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local,



Assessoria Jurídica

sendo o orçamento público municipal um desses pontos que podem ser classificados como 'interesse local'.

O próprio STF já reafirmou o previsto na Constituição Federal sobre a competência privativa do Chefe do Executivo, in verbis:

Orçamento anual. Competência privativa. Por força de vinculação administrativo-constitucional, a competência para propor orçamento anual é privativa do chefe do Poder Executivo. [ADI 882, rel. min. Maurício Corrêa, j. 19-2-2004, P, *DJ* de 23-4-2004.] = ADI 2.447, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 4-3-2009, P, *DJE* de 4-12-2009

Por se tratar de norma de observância obrigatória pelos Estados e Municípios, a Lei Orgânica do Município de Duas Barras também prevê em seu artigo 165, a competência para que o Poder Executivo/Chefe do Poder Executivo, elabore e encaminhe à Câmara Municipal de Duas as diretrizes orçamentárias, conforme abaixo:

Art. 165 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

7 1834 OUAS BARRES 1891

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS PODER LEGISLATIVO

Assessoria Turídica

Assim, pode-se analisar que a propositura da Lei partiu do Chefe do Executivo Municipal, portanto, encontra-se plenamente dentro da competência legislativa prevista na Constituição da República e na Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, conclui-se que não há vício formal de iniciativa legislativa, podendo o referido projeto ter sua constitucionalidade analisada abaixo, bem como prosseguir de acordo com as normas do processo legislativo.

4.2) DO PROJETO DE LEI, DA OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS LEGAIS E DA CONSTITUCIONALIDADE

Quando se fala em diretrizes do orçamento anual, devem ser observadas todas as normas que dizem respeito a esse assunto, observados os critérios do art. 165, §2º da Constituição Federal que prevê o que deve constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Constituição Federal prevê que a LDO compreenderá metas e prioridades para a Administração Pública, conforme o art. 165, §2°, CF/88:

Art. 165 - § 2º A lei de diretrizes orçamentárias prioridades da compreenderá metas as incluindo as federal, pública administração despesas de capital para o exercício financeiro orientará a elaboração subseqüente, orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

1834 OLAS BANNA 1891

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS PODER LEGISLATIVO

Assessoria Jurídica

A Lei de Responsabilidade Fiscal também trata dos aspectos da lei de diretrizes orçamentárias, especificando qual conteúdo deve ter a LDO, bem como seus anexos, segundo o que prevê o art. 4º da LRF, abaixo:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

- I disporá também sobre:
- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
 - c) (VETADO)
 - d) (VETADO)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
 - II (VETADO)
 - III (VETADO)
- § 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas,



Assessoria Jurídica

despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

 I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

- a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.



Assessoria Jurídica

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subseqüente.

Cabe ressaltar que é reponsabilidade do chefe do Executivo Municipal o cuidado e o zelo pelo envio de todas as informações exigidas por lei, sob pena de responsabilização nos termos da LRF.

De acordo com o PL 12/2021 enviado à Câmara Municipal, <u>aparentemente</u>, todas as exigências da legislação aplicável foram observadas, sendo enviado tanto o corpo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, quanto diversos anexos, que cumprem – aparentemente – as exigências estabelecidas pela LRF.

No entanto, é importante ressaltar que a especialidade dessa Assessora Jurídica é do ramo do Direito, não possuindo esta competência técnica para analisar questões contábeis e fiscais, por não se inserir em seu campo de estudo e formação.

Desta forma, abaixo será realizada uma análise de tudo o que compõe o respectivo Projeto de Lei 12/2021, para que se possa ajudar os vereadores a analisarem o mérito da LDO, no entanto, esta assessoria **RECOMENDA** ao Presidente da Câmara, que antes da Leitura do Projeto de Lei em plenário solicite parecer do setor contábil desta Casa com o fim de verificar a regularidade destes.

2 1804 COAS BARREY 1897

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS PODER LEGISLATIVO

Assessoria Jurídica

a.1) Corpo do Projeto de Lei 12/2021

O corpo do referido Projeto de Lei é dividido em 4 títulos, tratando esses respectivamente de 'Disposições Preliminares', tal disposições especificam no art. 1° em que compreenderá o a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nesse ano especificamente, fica de forma excepcional e especificamente, as metas fiscais serão apresentadas posteriormente quando da apresentação do Plano Plurianual (2022-2025), desta forma, a LDO que foi encaminhada, faz referencia aos capítulos seguintes que tratam, respectivamente:

Capítulo 1: Das Prioridades e as Metas da Administração Pública Municipal para 2022: esse capítulo faz referencia direta aos seguintes "ramos" dentro da Administração Pública:

- Desenvolvimento Urbano: comparando com a LDO do ano de 2021, nada foi alterado.
- Desenvolvimento Econômico Social: comparado com a LDO do ano de 2021, foi incluído as letras "q" e "r" que preveem:
 - q) Promover à integração com os Governos Federal, Estadual e com o Municípios da Região objetivando a implementação de políticas de desenvolvimento regionais;
 - r) Incentivar a implementação de ações que busquem promover a autonomia econômica e financeira das mulheres;
- Administração, planejamento e finanças: comparando com a LDO do ano de 2021, nada foi alterado.
- Saúde: comparando com a LDO do ano de 2021, nada foi alterado.
- Educação: comparando com a LDO do ano de 2021, nada foi alterado.
- Cultura, esporte e Lazer: comparando com a LDO do ano de 2021, nada foi alterado.
- Habitação: comparando com a LDO do ano de 2021, nada foi alterado.

Capítulo 2: Das Metas e Riscos Fiscais para 2022: trata-se do anexo de metas fiscais, acostado a esse Projeto de Lei, de acordo com o que determina a LRF.



Assessoria Jurídica

Capítulo 3: Estrutura e Organização dos Orçamentos para 2022: que traz os requisitos para a LOA 2021, além de tudo o que a referida Lei Orçamentária do ano de 2021 conterá.

Capítulo 3 (foi numerado de forma dupla no corpo do PL): Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município, da Responsabilidade na Gestão Fiscal e dos aspectos relevantes da Receita e da Despesa: Faz referencia os princípios orçamentários que deverão ser observados pela LOA, bem como todas as demais previsões necessárias a referida lei, que trata-se exclusivamente de matéria de caráter contábil, ao qual essa assessoria não possui conhecimento técnico para opinar;

Prevê ainda no art. 14 a possibilidade de abertura de crédito suplementar no montante de 50% do orçamento Fiscal e de Seguridade Social, conforme abaixo:

- A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei n.º 4.320/64, não devendo a autorização para abertura de créditos suplementares ultrapassar o percentual de 50 % dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social. Tal limite não abrange a abertura de créditos especiais que dependerão de lei especifica.

Capítulo 4 e 5: Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal e Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos

Capítulo 6: Das Disposições Sobre a Receita e Possíveis Alterações na Legislação Tributária do Município para o Exercício Correspondente: traz previsões para eventuais modificações na legislação tributária do Município de Duas Barras prevista no art. 33 e seus incisos.

b.2) Anexo

TIBE COAS BARRY 1991S

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS PODER LEGISLATIVO

Assessoria Turídica

Os referidos anexos trouxeram, respectivamente, as exigências da LRF, começando pelo **ANEXO DE METAS FISCAIS**, conforme exige o art.4°, §1° da LRF, onde vêm apresentado memória de cálculo e os valores consolidados, sendo esse representado pelo **demonstrativo I**.

O demonstrativo II avalia o cumprimento das metas fiscais pelo Município de Duas Barras em 2020, o demonstrativo III apresenta a avaliação do cumprimento de metas fiscais nos anos de 2019, 2020 e 2021, o demonstrativo IV trata da evolução do patrimônio líquido do Município de Duas Barras. O demonstrativo V trata da origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos.

Demonstrativo VI traz despesas e receitas previdenciárias, o demonstrativo VI.a fala sobre a projeção autarial do RGPS, enquanto os demonstrativos VII fala de estimativa e compensação de renúncia de receita. Já o demonstrativo VIII trata da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Por último, o **anexo IX** é o anexo de riscos fiscais da LDO, de acordo com o exigido pelo art. 4°, §3° da LRF.

5) DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) dispõe sobre a necessidade de realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos <u>e leis de diretrizes</u> <u>orçamentárias</u>; as prestações de contas e o



Assessoria Jurídica

respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 10 A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização
 de audiências públicas, durante os processos de
 elaboração e discussão dos planos, lei de
 diretrizes orçamentárias e orçamentos;

Essa assessoria jurídica não tem conhecimento se na fase de elaboração houve a realização de audiência pública pelo Executivo, no entanto, entendo que cabe ao Legislativo realizá-la na fase de discussão do projeto, bem como utilizar meios de divulgação com o objetivo de incentivar a participação popular.

6) DO PRAZO PARA VOTAÇÃO DA LDO

Assim como o Poder Executivo deve cumprir o prazo de envio do projeto de lei, qual seja, 15 de Abril, conforme exposto no ponto "3", ao Legislativo é também imposto prazo de votação para aprovação da LDO, que está previsto no art. 35, §2º, II do ADCT, conforme abaixo:

Art. 35, §2°, II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para



Assessoria Turídica

sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

Neste sentido, o jurista José Afonso da Silva ressalta o dispositivo constante na Constituição Federal sobre Projeto de Diretrizes Orçamentárias, que tem aplicação subsidiária na esfera municipal. Desta forma, cabe ao Poder Legislativo deliberar e concluir a votação do Projeto de Lei nº 12/2021 antes de encerrar o primeiro período da sessão legislativa, posto que a sessão legislativa não pode ser interrompida sem a provação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias. Assim, o prazo é o dia 30/06/2021.

7) DAS COMISSÕES PERMANENTES

De acordo com as previsões regimentais, tal projeto deve ser encaminhado para parecer na Comissão e Finanças e Orçamento, conforme abaixo:

Art.75- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

II – Diretrizes orçamentárias;

No entanto, entendo ser de extrema importância a elaboração do parecer de forma conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Redação visando assegurar a conformidade legal, constitucional, jurídica e gramatical.



Assessoria Jurídica

Inicialmente vale expor que foram respeitadas as legislações em vigor, de acordo com as previsões e exigências da LRF, observados as normas constitucionais e as disposições legais aplicáveis a lei de diretrizes orçamentárias, no entanto, essa assessoria jurídica <u>não possui competência técnica para falar de aspectos técnicos contábeis</u>, por essa razão, esta assessoria recomenda o envio para análise do setor contábil das matérias a ele atinentes.

Além disso, cumpre expor, que a análise material do referido projeto de lei, cabe aos Excelentíssimos Senhores Vereadores, que devem analisar a compatibilidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias com o que é necessário constar nas diretrizes para o Município de Duas Barras, sendo tal análise referente ao mérito do projeto, não cabendo a essa assessoria a análise de mérito.

Diante do exposto, concluo que:

- A) OPINO pela CONSTITUCIONALIDADDE formal e material da Lei de Diretrizes orçamentária, no que ser refere única e exclusivamente a questões jurídicas, devendo tal Projeto de Lei 12/2021 ser analisado pelas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Orçamento para decisão independente sobre a constitucionalidade do projeto, após sua leitura em plenário;
- B) OPINO pelo envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o setor contábil do órgão para análise de temas relacionados a área contábil;

Este é o parecer, smj.

Duas Barras, 21 de Abril de 2021.

Componente

Thaís Cosendey Campanate

Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Duas Barras

Mat. 90188 - OAB/RJ 219.670

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

PODER LEGISLATIVO

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL E DA COMISSÃO DE COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO nº 01/2021

Projeto de Lei nº 12/2021

Autor: Prefeito Municipal de Duas Barras - RJ

EMENTA: "Estabelece as Diretrizes para as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal, Incluindo as Despesas de Capital, Orientando a Elaboração da Lei Orçamentária, Dispondo sobre as Alterações na Legislação Tributária, para o Exercício Financeiro de 2022 e dá outras providências."

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei de nº 12/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo, encaminhado à Câmara Municipal para que seja aprovada as diretrizes e metas para o exercício financeiro do ano de 2022, qual seja, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ainda compõe-se no presente projeto de Lei, informações e diretrizes básicas que se referem as propriedades da administração Municipal, despesas de capital, orientações quanto a elaboração da LOA (lei orçamentária anual) e ainda traz algumas modificações na legislação tributária.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

PODER LEGISLATIVO

II – COMPETÊNCIA DA CCJ

As atribuições da Comissão de Constituição, Justiça e Redação final, encontram-se no art. 74 do Regimento Interno da Casa, *in verbis:*

Art. 74 - Compete à Comissão Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação nos aspectos constitucional e legal, e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob o aspecto lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

Dentre as atribuições, a CCJ deve-se manifestar sobre todos os assuntos entregues a sua apreciação sobre o aspecto constitucional e legal e aspecto lógico gramatical. Assim, a análise da Comissão em tal projeto de lei faz-se necessário visando observar se foram observados os critérios legais e redacionais que devem nortear a boa técnica legislativa.

Além disso, cumpre esclarecer que o parecer dessa Comissão não visa analisar o mérito da referida proposição, visto que, a apreciação sobre aprovação ou não do projeto de lei cabe aos nobres vereadores dentro de suas competências constitucionais.

III) COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento é responsável por opinar de forma obrigatória sobre todas as matérias enviadas a Câmara Municipal que contenham caráter financeiro, especialmente, as Diretrizes Orçamentárias, conforme abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento

Art.75- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

I - Plano Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentárias;

III- Proposta Orçamentária;

IV - Proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

que fixem ou aumentem V - Proposição remuneração do servidor e que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, do Vice- Prefeito e dos representação do Vereadores e verba de a do Vice-Prefeito e do Presidente da Prefeito. Câmara.

A) DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E DA CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO

A Constituição Federal prevê em seu art. 165, II, que:

"Art. 165, II - Leis de Iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias (...)"

Assim, pode-se analisar que a propositura da Lei partiu do Chefe do Executivo Municipal, portanto, encontra-se plenamente dentro da competência

CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

PODER LEGISLATIVO

Eomissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento

legislativa prevista na Constituição da República, não havendo razão, nos termos do art. 115 do Regimento Interno, para obstar o prosseguimento do feito.

B) COMPATIBILIDADE COM OS CRITÉRIOS DA LC 101/2000

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, normas essas que são aplicáveis aos Municípios, assim, devem ser observadas pelo Chefe do Executivo ao elaborar seu projeto de LDO.

A LDO deverá atender aos critérios do art. 165, § 2º, quais sejam:

Art. 165, § 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Além disso, a LDO deve dispor, obrigatoriamente sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9° e no inciso II do § 1° do art. 31:
- c) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- d) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

PODER LEGISLATIVO

. Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento

Além disso, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

E o anexo conterá:

- I avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- II demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- III evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
 - IV avaliação da situação financeira e atuarial:
- a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
 - b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- V demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e
 da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Deve constar ainda, na lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

PODER LEGISLATIVO

. Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento

Conforme foi exposto acima, as exigências encontram-se todas preenchidas pelo Projeto de Lei que foi enviado a esta E. Casa de Leis, cabendo aos nobres pares, a análise de mérito em relação as Diretrizes Orçamentárias.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

PODER LEGISLATIVO

. Eomissão de Eonstituição, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento

IV - PARECER DOS RELATORES DA CCJ E CFO:

Conforme analisado acima, o referido projeto de Lei respeitou as normas de competência legislativa e da matéria referente a LDO.

Ante o exposto, opino FAVORÁVELMENTE ao referido projeto de lei, visto que, o projeto em exame está em plena consonância com a legislação pertinente à matéria, restando aos nobres vereadores analisarem o mérito da questão, apreciando a operação com as cautelas que são de praxe.

Sala das Sessões Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

Duas Barras, 17 de Maio de 2021.

Diego Thurler Ornellas Relator da Comissão de Constituição e Justiça

Jairo Silveira de Sá Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

PODER LEGISLATIVO

...... Comissão de Constituição Justiça e Redação Tinal e Finanças e Orçamento

IV - CONCLUSÃO

Pelo exposto, concluem os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e da Comissão de Finanças e Orçamento pela APROVAÇÃO do parecer do relator, ao Projeto de Lei nº 12/2021.

Sala das Sessões Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

Duas Barras, 17 de Maio de 2021.

Guilherme Soares de Oliveira Presidente da Comissão de Constituição e Justiça Diego Thurler Ornellas

Presidente da Comissão de Finanças e

Orçamento

Diego Thurler Ornellas

Relator da Comissão de Constituição

e Justiça

Jairo Silveira de Sá Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Dannyel Fernandes Costa Tostes

Membro da Comissão de Constituição

e Justiça

Antônio José Feuchard do Couto

Membro da Comissão de Finanças e

Orçamento